



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**A UNIÃO EUROPEIA  
NA SEGURANÇA E ESTABILIDADE DE CABO VERDE**

**AUTOR: ASP CAV Nilton Jorge Pina Barros**

**ORIENTADOR: CAP GNR INF Reinaldo Hermenegildo**

**Lisboa, Setembro de 2011**



**ACADEMIA MILITAR**  
**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**A UNIÃO EUROPEIA**  
**NA SEGURANÇA E ESTABILIDADE DE CABO VERDE**

**AUTOR: ASP CAV Nilton Jorge Pina Barros**

**ORIENTADOR: CAP GNR INF Reinaldo Hermenegildo**

**Lisboa, Setembro de 2011**

## **DEDICATÓRIA**

***Aos 50 Anos de Casado dos Meus Pais.***

## **AGRADECIMENTOS**

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão, forçosamente, para os meus pais Leonel e Benvinda, pelo carinho e toda a confiança que sempre depositaram em mim desde tenra idade e pelo elevado sentido de responsabilidade e educação que me inculcaram, sem os quais eu não estaria aqui.

Em segundo lugar, à minha namorada, Maria Gonçalves, por ter me apoiado nos dias mais difíceis durante estes anos.

À Academia Militar, na pessoa de todos os seus docentes e os demais profissionais, por me terem facultado as condições académicas necessárias para a elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada.

Um agradecimento especial ao Sr. Capitão da GNR INF Reinaldo Hermenegildo pela sua disponibilidade em ajudar e orientar na realização deste trabalho.

À Dra. Ana Gomes e ao Capitão José António da Graça pela entrevista concedida que severamente contribuiu para a complementação desta investigação.

A todas as Bibliotecárias da Academia Militar e do Centro de Informação Europeia Jacques Delors pela simpatia, paciência, dedicação e profissionalismo com que me atenderam.

E por último, mas não menos importante, gostaria de prolongar os meus agradecimentos a toda a família e amigos que directa ou indirectamente me incentivaram, tornando assim possível este Trabalho de Investigação Aplicada.

A todos um bem-haja!

## **RESUMO**

O tema deste Trabalho de Investigação Aplicada que aqui se apresenta é “A União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde” cujo objectivo é analisar o papel da União na promoção da Segurança e Estabilidade de Cabo Verde. Para tal, foi efectuado um enquadramento teórico-conceptual, onde se explica alguns conceitos da temática da política externa cabo-verdiana e da UE, bem como o historial das relações entre estes dois actores internacionais.

A metodologia utilizada neste enquadramento teórico foi uma abordagem qualitativa explanatória que se baseia na análise documental e bibliográfica.

Numa segunda fase foram realizadas entrevistas semi-estruturadas para complementar as ideias extraídas das análises documentais e bibliográficas, com o intuito de entender melhor algumas das dimensões sociais existentes entre as variáveis.

Quanto aos resultados verificou-se que a UE desempenha um papel fundamental como catalisador de segurança, para o desenvolvimento de Cabo Verde, promovendo a paz e a estabilidade numa das principais portas de entrada à Europa.

Contudo, numa outra perspectiva, Cabo Verde poderá auxiliar a União no reforço da segurança e estabilidade na região onde se insere, quer servindo como um interface para a África Ocidental, quer no controlo dos ilícitos vindo do sul em direcção à Europa.

**Palavras-chave:** Segurança e Estabilidade; Política Externa; Cooperação; Relações Internacionais.

## **ABSTRACT**

The theme of this applied research presented here is "The European Union on Security and Stability of Cape Verde" whose purpose is to analyze the Union's role in promoting Security and Stability of Cape Verde. For this purpose, we performed a theoretical and conceptual framework, which explains the concepts of foreign policy theme of Cape Verde and the EU, as well as the historical relations between these two international players.

The methodology used in this theoretical framework was the qualitative explanatory approach which one is based on documentary and bibliographical analysis.

On the second phase, semi-structured interviews were conducted to complement the ideas drawn from the documental and bibliographical analysis, in order to better understand some of the social dimensions between the variables.

The results showed that the EU plays a key role as a catalyst for security, the development of Cape Verde, promoting peace and stability in one of the main gateways to Europe.

However, in another perspective, Cape Verde will help the Union in strengthening security and stability in the region where it operates, whether serving as an interface for West Africa, whether to control the illicit activities from the south towards Europe.

**Keywords:** Stability and Security, Foreign Policy, Cooperation, International Relations.

## **ÍNDICE GERAL**

<b>DEDICATÓRIA.....</b>	<b>i</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>ii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>iv</b>
<b>ÍNDICE GERAL .....</b>	<b>v</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Enquadramento.....	1
1.2 Justificação do Tema.....	2
1.3 Finalidade e Objectivo .....	3
1.4 Problema de Investigação .....	3
1.5 Questões de Investigação .....	3
1.6 Hipóteses .....	4
1.7 Metodologia e Processos de Investigação.....	4
<b>CAPÍTULO 2: DE CABO VERDE À UNIÃO EUROPEIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>5</b>
2.1 Nota Introdutória.....	5
2.2 Sobre a Política Externa Cabo-verdiana.....	6
2.2.1 Cabo Verde e as suas Relações Euro-Africanas .....	8
2.2.1.1 Cabo Verde e a União Africana .....	9
2.2.1.2 Cabo Verde e a União Europeia .....	10
2.2.1.3 Cabo Verde e a CEDEAO.....	12
2.3 Da Política Externa da União Europeia.....	14
2.3.1 A Cooperação para o Desenvolvimento.....	15
2.3.2 As Parcerias Estratégicas.....	17
2.4 Síntese.....	18

<b>CAPÍTULO 3: BREVE HISTORIAL DA COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA – CABO VERDE .....</b>	<b>19</b>
3.1 Considerações Iniciais.....	19
3.2 Das Convenções de Lomé ao Acordo de Cotonou .....	20
3.3 A Parceria Especial .....	23
3.3.1 A Parceria para a Mobilidade .....	24
3.3.2 O Protagonismo de Portugal na PE União Europeia - Cabo Verde .....	25
3.4 Síntese .....	26
 <b>CAPÍTULO 4: A UE NA SEGURANÇA E ESTABILIDADE DE CABO VERDE .....</b>	<b>27</b>
4.1 Considerações Iniciais.....	27
4.2 Os (novos) Riscos e Ameaças à Segurança e Estabilidade de Cabo Verde.....	28
4.3 A Política da UE na Promoção da Segurança e Estabilidade de Cabo Verde. Que Vectors? .....	29
4.4 Síntese .....	31
 <b>CAPÍTULO 5: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>32</b>
5.1 Nota Introdutória.....	32
5.2 Entrevistas .....	32
5.3 Caracterização das Amostras das Entrevistas.....	32
5.4 Análise de Conteúdo das Entrevistas .....	34
5.5 Apontamentos .....	35
 <b>CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>36</b>
6.1 Intróito .....	36
6.2 Verificação das Hipóteses.....	36
6.3 Respostas às Perguntas Derivadas .....	37
6.4 Reflexões Finais .....	38
6.5 Recomendações .....	39
6.6 Limitações.....	39
 <b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>40</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>42</b>



<b>APÊNDICES.....</b>	<b>49</b>
APÊNDICE - A: GUIÃO DE ENTREVISTA .....	50
APÊNDICE - B: ENTREVISTA 1 .....	51
APÊNDICE - C: ENTREVISTA 2 .....	56
APÊNDICE - D: A REPÚBLICA DE CABO VERDE .....	59

<b>ANEXOS .....</b>	<b>60</b>
ANEXO - A: PERFIL DOS PAÍSES DA CEDEAO.....	61
ANEXO - B: DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO UE-CABO VERDE .....	62
ANEXO - C: ABORDAGEM GLOBAL DAS MIGRAÇÕES: ACÇÕES PRIORITÁRIAS CENTRADAS NA ÁFRICA E NO MEDITERRÂNEO .....	64
ANEXO - D: ÍNDICE DE BOA GOVERNAÇÃO MO-IBRAHIM 2010 .....	68
ANEXO - E: LISTA DOS PAÍSES ACP.....	69
ANEXO - F: LISTA DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA.....	70
ANEXO - G: QUADRO RESUMO DOS “SCOREBOARDS” (13/06/2010) – PARCERIA ESPECIAL UE-CABO VERDE .....	71

## **ÍNDICE DE QUADROS**

QUADRO 1: QUADRO DE QUESTÕES.....	33
QUADRO 2: QUADRO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	33

## **LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS**

ACP	→	África, Caraíbas e Pacíficos
APD	→	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BEI	→	Banco Europeu de Investimento
CCE	→	Comissão das Comunidades Europeias
CE	→	Comunidade Europeia
CEE	→	Comissão Económica Europeia
CEDEAO	→	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CPD	→	Cooperação para o Desenvolvimento
CPE	→	Cooperação Política Europeia
CPLP	→	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DUE	→	Delegação da União Europeia
EUA	→	Estados Unidos da América
FAO	→	Food and Agriculture Organization
FED	→	Fundo Europeu para o Desenvolvimento
MERCOSUL	→	Mercado Comum do Sul
MNECC	→	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
NATO	→	North Atlantic Treaty Organization
NEPAD	→	New Partnership for Africa Development
OMS	→	Organização Mundial de Saúde
ONU	→	Organização das Nações Unidas
OUA	→	Organização da Unidade Africana
PALOP	→	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PESC	→	Política Externa de Segurança Comum
PESD	→	Política Europeia de Segurança e Defesa
PCSD	→	Política Comum de Segurança e Defesa
PMA	→	Países Menos Avançados

PNUD	→	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	→	Países de Rendimento Médio
PVD	→	Países em Via de Desenvolvimento
RUP	→	Regiões Ultra-periféricas
TIA	→	Trabalho de Investigação Aplicada
UA	→	União Africana
UE	→	União Europeia
UNESCO	→	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNCTAD	→	United Nations Conference on Trade and Development
URSS	→	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
HIV/SIDA	→	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ZEE	→	Zona Económica Exclusiva

## CAPÍTULO 1

### INTRODUÇÃO

A Academia Militar, como Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar, tem como objectivo a formação dos futuros Oficiais dos quadros permanentes das Armas e Serviços do Exército e da Guarda Nacional Republicana. Concomitantemente, no âmbito da Cooperação Técnico - Militar, zela pela formação dos Oficiais oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e mais recentemente de Timor-Leste.

Nesta perspectiva, aos alunos tirocinantes<sup>1</sup> é solicitado um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). É neste contexto que surge então este trabalho de investigação com a pretensão de auferir a equivalência ao grau de Mestre em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria.

O tema deste trabalho é «A União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde».

No primeiro capítulo, seguido do enquadramento geral, será exposta a justificação do tema, o objectivo e a finalidade do trabalho, o problema de investigação, a metodologia e processos de investigação e as hipóteses formuladas.

No segundo capítulo, serão efectuadas algumas considerações sobre a política externa de Cabo Verde e também da União Europeia (UE) dando maior ênfase às questões relacionadas com a segurança e estabilidade.

Posteriormente, no terceiro capítulo, será abordado de uma forma diacrónica, o historial da cooperação entre a UE e Cabo Verde.

De seguida, chegado ao âmago deste trabalho, e no quarto capítulo vai ser estudado o papel da UE na promoção da segurança e estabilidade de Cabo Verde de modo a responder a todas as outras questões levantadas na elaboração do projecto desta investigação.

No penúltimo capítulo, será analisado e discutido o resultado das entrevistas semi-directivas realizadas no âmbito deste trabalho.

Finalmente, o último capítulo, será reservado para as conclusões e recomendações onde serão expostas a verificação das hipóteses, as respostas às perguntas derivadas, as considerações finais e ainda as limitações ao estudo.

#### 1.1 Enquadramento

As relações entre a UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) têm vindo a intensificar-se ao longo do tempo. Este facto é notório desde da sua génese com a convenção de Yaoundé, assinada em 1964, passando por Lomé, de 1975, até ao acordo de

---

<sup>1</sup> Alunos que frequentam o último ano do curso (neste caso concreto refere-se aos alunos do 5º ano).

Cotonou celebrado em 2000. Os objectivos basilares destas convenções/acordos são a erradicação da pobreza, o melhoramento do nível de vida e o desenvolvimento dos países ACP. Todavia, estes têm vindo a enveredar por uma dimensão mais ampla, ou seja, para lá do simples desenvolvimento tradicional. Tomemos como exemplo o acordo de Cotonou que para além dos objectivos fundamentais anteriormente enunciados já abrange outros aspectos, nomeadamente, a dimensão institucional e política das relações UE/ACP em que pela primeira vez começaram a dar maior ênfase às questões relacionadas com os Direitos Humanos, a Democracia e a Boa Governação. Na sequência destas relações a UE e Cabo Verde assinaram, desde Novembro de 2007, uma Parceria Especial com vista a debater e solucionar, em coerência multilateral e/ou bilateral, alguns problemas que perturbam ambas as partes. Porém, é de salientar que a Parceria Especial não substitui o Acordo de Cotonou, assinado em 2000, entre a UE e os países ACP do qual Cabo Verde faz parte integrante. Muito pelo contrário, tendo este como base pretende construir o seu próprio alicerce desenhado mediante seis pilares: (1) Boa Governação; (2) Segurança e Estabilidade; (3) Integração Regional; (4) Convergência Técnica e Normativa; (5) Sociedade de Conhecimento; (6) e Luta contra a Pobreza.

O segundo pilar desta parceria (Segurança e Estabilidade) é a chave mestra para o sucesso dos demais. Por esta e outras razões é considerada de extrema importância a sua análise na cooperação UE/Cabo Verde, daí o interesse em elaborar este trabalho, embora para tal afluirmos outros aspectos referentes aos acordos que envolvem estes dois actores internacionais.

## **1.2 Justificação do Tema**

O controlo da imigração ilegal tal como as ameaças transnacionais são uma preocupação da UE. O combate a estas ameaças passa pela fiscalização de um espaço de segurança mais alargado que se deve estender para Sul das suas fronteiras marítimas. Durante a Presidência Portuguesa da União, em 2007, foi aprovado pelo Conselho dos Assuntos Gerais e das Relações Externas um acordo de Parceria Especial com a República de Cabo Verde no sentido de combater este flagelo.

Neste momento Cabo Verde apresenta algumas incapacidades face às (novas) ameaças. Esta cooperação com a UE poderá também representar uma oportunidade para o desenvolvimento das suas capacidades no âmbito da Segurança.

Sendo a segurança e estabilidade um factor essencial para o desenvolvimento e a Parceria Especial um assunto na ordem do dia é de todo o interesse estudar a temática do segundo pilar tendo em consideração o seu substancial contributo para o aprofundamento das relações de cooperação entre a UE e Cabo Verde.

### **1.3 A Finalidade e o Objectivo**

Com este trabalho pretende-se, para além do contributo para a realização de trabalhos posteriores, estudar “os desafios geoestratégicos [que tornam Cabo Verde] um elo decisivo numa parceria de segurança, com a UE, para o Atlântico e a África Ocidental” (LOURENÇO, 2006, p. 7). De outro modo, tenciona-se explorar e analisar a complexidade de ameaças que podem afectar a Europa surgindo do Sul mostrando assim a necessidade da intensificação desta parceria de segurança.

Tendo em consideração o propósito da investigação, acima mencionada, o objectivo geral deste trabalho consiste em analisar o papel da União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde.

### **1.4 Problema de Investigação**

O Tema desta investigação, como enunciado anteriormente é: «A União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde».

Como domínio central de estudo pretende-se investigar o papel da UE na segurança e estabilidade de Cabo Verde. No entanto, sempre que oportuno não se deixará de fazer alusão às vantagens que este poderá obter, decorrente da Parceria Especial com a União.

Concomitantemente, pretende-se analisar as acções desenvolvidas neste âmbito pela Cooperação UE/Cabo Verde; as vulnerabilidades de Cabo Verde face aos (novos) riscos e ameaças; as alterações esperadas nas estruturas de segurança de Cabo Verde decorrentes desta parceria; e também, analisar os vectores da União na promoção de segurança e estabilidade de Cabo Verde.

### **1.5 Questões de Investigação**

Esta investigação procurará responder à seguinte Questão Central (Pergunta de Partida): Qual é o Papel da União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde?

Ao longo deste trabalho outros assuntos também irão ser abordados, consequência directa da questão central acima enunciada (Questões Derivadas):

- 1- Quais são as principais acções desenvolvidas pela cooperação UE – Cabo Verde com vista à promoção da segurança e estabilidade no arquipélago?
- 2- Quais os principais desafios para Cabo Verde no contexto da sua política de segurança?
- 3- Que alterações são esperadas nas estruturas de segurança de Cabo Verde como resultado da Parceria Especial com a União Europeia?

- 4- Quais são as potenciais vulnerabilidades que Cabo Verde apresenta face aos novos riscos e ameaças?
- 5- Quais os benefícios para a UE na promoção da segurança e estabilidade de Cabo Verde?

## **1.6 Hipóteses**

Tendo como base a questão central de investigação supracitada pode-se formular as seguintes hipóteses:

H1: A UE desempenha um papel fundamental como elemento catalisador de segurança, para o desenvolvimento de Cabo Verde, promovendo a paz e a estabilidade numa das principais portas de entrada à Europa.

H2: A UE busca em Cabo Verde um interface do Atlântico para África Ocidental.

H3: A UE aspira fazer de Cabo Verde uma plataforma de segurança entre a África, Europa e as Américas, atendendo à sua posição geográfica privilegiada para combater as ameaças provenientes do Atlântico Sul em direcção ao Norte.

## **1.7 Metodologia e Processo de Investigação**

Para alcançar os objectivos desta investigação, sendo ela de carácter qualitativo, foram usadas as seguintes metodologias científicas:

Numa primeira fase, procedeu-se à análise de fontes primárias, essencialmente documentos, assim como à análise de fontes secundárias, na sua maioria monografias e periódicos.

De seguida, no terreno efectuou-se o trabalho de campo onde o principal recurso foi a realização de entrevistas exploratórias. As instituições onde se realizaram as várias pesquisas foram: a Delegação da UE na cidade da Praia, o Ministério dos Negócios Estrangeiro de Cabo Verde, o Ministério da Defesa Nacional de Cabo Verde e a Embaixada de Portugal em Cabo Verde.

Finalmente, depois de analisadas e tratadas todas as informações disponíveis foi dado início à elaboração do TIA e complementado com a realização de entrevistas semi-directivas, conforme o guião elaborado e anexado ao presente trabalho<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver Anexo - A

## CAPÍTULO 2

### DE CABO VERDE À UNIÃO EUROPEIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA.

*“As sociedades políticas não vivem para  
conduzir a sua política externa; seria mais exacto dizer  
que elas conduzem a sua política externa para viver”<sup>3</sup>*

George Kennan (Cohen, 2007, p. 76)

#### 2.1 Nota Introdutória

A política externa, segundo James Rosenau “[...] é toda a acção desenvolvida por uma «sociedade nacional» com a finalidade de controlar o seu ambiente envolvente, procurando rentabilizar «situações favoráveis» e minimizar as «situações desfavoráveis» ” (Zorbibe, 1990; cit. Graça, 2008, p. 13). Por seu turno, Victor Marques dos Santos define a política externa como “o conjunto de linhas de acção política desenvolvidas fora das fronteiras territoriais de um estado, e que têm como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através da concretização dos objectivos definidos num programa de governo” (cit. Ferreira, 2005, p. 37).<sup>4</sup>

A problemática da segurança e estabilidade envolve um conjunto de constantes e variáveis da política externa. Sendo assim, seria de todo imprescindível efectuar, ao longo deste capítulo, algumas considerações sobre a política externa de Cabo Verde e da UE, dando maior ênfase às questões relacionadas com a segurança e estabilidade, para melhor compreensão deste trabalho. Atente que o novo paradigma do “conceito de segurança, já não é o mesmo do passado (recente), este tornou-se mais lato, soltou-se das amarras exclusivamente militares, e alargou-se a outros campos, que vão desde a segurança humana à segurança societal” (Hermenegildo, 2006)<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> A tradução é da autoria do autor.

<sup>4</sup> Para ter uma visão geral sobre o conceito da política externa ver SANTOS, Victor Marques dos (2000). “Reflexões sobre a Problemática da Avaliação de Resultados em Análise de Política Externa”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor Luís Sá*, Lisboa. Ver também, BESSA, António Marques, (2001). *O Olhar de Leviathan. Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

<sup>5</sup> Ver em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=171>, consultado em 15 de Junho de 2011.



## **2.2 Sobre a Política Externa Cabo-verdiana**

O Estado cabo-verdiano<sup>6</sup> é independente de Portugal desde 1975 e goza de um regime democrático desde 1991. A época da sua construção como Estado-Nação foi marcada por uma forte conturbação na arena internacional. Essa quadra é conhecida historicamente por período da Guerra Fria onde a geopolítica, num mundo bipolar, era um vector fundamental na consecução dos diferentes objectivos. As disputas estratégicas entre os EUA e a URSS ganhavam terreno nas ex-colónias portuguesas, nomeadamente, em Angola e em Moçambique onde os avanços soviéticos começaram também a ser visíveis (Cohen, 2003).

Sendo Cabo Verde uma das ex-colónias portuguesas, era natural que os EUA e os seus aliados se ressentissem de um eventual alinhamento deste como parceiro da URSS e das consequências que daí poderiam emergir. Por um lado, pela sua localização geoestratégica servindo de entreposto entre a África, a Europa e as Américas e por outro, pela sua proximidade do flanco sul do Atlântico Norte (Graça, 2008).

Entretanto, Cabo Verde viu-se obrigado a definir claramente a sua política externa de modo a satisfazer os seus interesses de desenvolvimento e afirmar-se como Estado independente. Para tal, as elites políticas da época optaram pela “astúcia” do não-alinhamento<sup>7</sup>, baseado na reflexão pragmática de Amílcar Cabral, onde o desígnio principal consistia na maximização das ajudas externas tendo em consideração que um país de poucos recursos, na fase crucial da sua formação como Estado-Nação, teria necessariamente que adoptar esta estratégia para a sua sobrevivência.

Porém, após a queda do Muro de Berlim (1989), a conjuntura internacional sofre novas mudanças, definindo assim uma nova ordem global, marcada pelas relações económicas intensas, sustentadas por “mega-blocos” económicos e geopolíticos como por exemplo o MERCOSUL<sup>8</sup> e a Comunidade Europeia (CE). Estas mudanças trouxeram para Cabo Verde novos desafios para a sua política externa, isto é, procurar parceiros resolutos a ajudar no seu desenvolvimento, crescimento económico e segurança. Daí um conjunto de reformas políticas e económicas ter sido levado a cabo fruto das mudanças verificadas no sistema internacional que, por conseguinte, tiveram repercussões nos assuntos de natureza endógena, como por exemplo as manifestações dos agricultores, o distúrbio na ilha do Maio de 1989, a oposição crescente manifestada pela Igreja Católica, factores que contribuíram substancialmente no processo de transição para a Democracia (Tavares, 2010). Com a sua

---

<sup>6</sup> Para mais informações ver o Apêndice – D.

<sup>7</sup> De acordo com o Dicionário de Política de Norberto Bobbio (1998, p. 1019) por Não-alinhamento (ou *neutralismo*), entende-se a rejeição da guerra fria e da política dos blocos por parte dos países do Terceiro Mundo (ex-colonizados) e dos que se situam à margem da esfera de influência e de “colonização política”; a abstenção das opções políticas e estratégicas internacionais dos blocos contrários.

<sup>8</sup> MERCOSUL é a sigla para Mercado Comum do Sul. É uma associação formada entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai com o objectivo de fortalecer estes países, aumentando a integração entre eles e unificando suas políticas sectoriais e macroeconómicas.

transição democrática bem sucedida, Cabo Verde pauta por uma política externa cimentada nos principais valores da Carta das Nações Unidas procurando sistematicamente a diversificação do “(...) número de parceiros de modo a relativizar ou diminuir a sua extrema dependência externa”<sup>9</sup> (Rocha, 2010a).

Com a globalização e o desenvolvimento das tecnologias de informação surgiram novas alterações na cena internacional fomentadas pelo recrudescimento de (novas) ameaças, como o terrorismo fundamentalista, a criminalidade transnacional organizada, bem como conflitos infra - estatais que comprometem a paz, a segurança regional e internacional e consequentemente, obriga os Estados a criarem mecanismos estratégicos como forma de garantir um ambiente propício à paz, ao comércio mundial e ao desenvolvimento. É neste contexto que Cabo Verde, sendo uma nação de vocação atlântica, tem vindo a procurar assegurar a sua crescente afirmação internacional, investindo incessantemente na segurança cooperativa como forma de salvaguardar os interesses nacionais, orientados para o desenvolvimento, para a estabilidade interna e para a segurança nacional (Governo de Cabo Verde, 2006).

Dando resposta aos desafios acima mencionados as elites da política externa cabo-verdiana têm vindo a apostar, desde 2005, numa estratégia de transformação e modernização económica do país com vista a inserir-se de forma dinâmica na economia internacional. Para isso reforçou-se a política de emigração e as relações com os países de acolhimento, reforçou-se as parcerias estratégicas, consolidou-se os domínios da boa governação, da estabilidade, da paz, da segurança e da educação, (PNUD, 2004). Com efeito, os aspectos relacionados com a segurança e estabilidade, o desenvolvimento económico e a perspectiva atlântica são prioritárias, para a integração de Cabo Verde no contexto diplomático internacional, como defende Arnaldo Andrade e Suzano Costa num debate realizado na Faculdade de Direito de Lisboa subordinado ao o tema «A Política Externa Cabo-verdiana e os Desafios de Desenvolvimento» onde participaram vários especialistas e estudantes cabo-verdianos (Cabov, 17 de Maio, 2010).

Em suma, os ganhos das opções tomadas têm vindo a manifestar-se progressivamente em vários indicadores da sua política externa, deixando o país, desde 2008, de pertencer a lista dos Países Menos Avançados (PMA) para fazer parte da lista dos Países de Rendimento Médio (PRM), outrossim, nesse mesmo ano, o país aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC). É também de salientar, a sua recente pertença à região da Macaronésia<sup>10</sup> e o exercício da NATO, “Steadfast Jaguar”, realizado em 2006 nas ilhas de São Vicente, Santo Antão, Sal e Fogo, onde também participaram militares cabo-verdianos. Todos estes factos mencionados anteriormente se devem à estabilidade económica, social e

---

<sup>9</sup> Ver em: [http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=409&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=409&Itemid=99999999), consultado em 30 de Maio de 2011.

<sup>10</sup> A Região da Macaronésia engloba os arquipélagos dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira.

política do país, à boa gestão pública e ao seu bom relacionamento com a sociedade internacional. Todavia, tem que se ter em conta, que esses avanços não garantem de modo algum a Cabo Verde a autonomia político-económica perante os seus parceiros internacionais, sendo este fortemente dependente do investimento externo e das remessas dos emigrantes que, por conseguinte, lhe conferem uma vulnerabilidade económica por cima da média dos PMA<sup>11</sup> (Rocha & Neves, 2007). E no sentido de minimizar esta dependência e garantir a segurança nacional, Cabo Verde tem vindo a engendrar soluções no incremento “(...) de um sistema de parcerias que permite reforçar a utilidade do país para a segurança atlântica e internacional, que tenha em conta as actuais limitações do Estado, em matéria de meios e equipamentos (...)” (BO, 17 de Janeiro, 2011, p. 133).

### **2.2.1 Cabo Verde e as suas Relações Euro-Africanas**

O tema recorrente à integração de Cabo Verde nas Organizações Regionais, nomeadamente, a UA, a UE, e a CEDEAO, tem desencadeado fortes debates na sociedade cabo-verdiana, tendo como pano de fundo a reformulação de estratégias para o binómio segurança e desenvolvimento do país.

Cabo Verde é um entreposto geopolítico de grande importância. A sua posição geográfica permite-lhe desempenhar um papel relevante no atlântico sul, nas palavras de Rocha (2010b), como «ponte [de ligação] entre a África, a Europa e as Américas»<sup>12</sup>. Mas se no passado desempenhou este papel, como entreposto comercial, hoje o dinamismo é outro, ou seja, enquadra-se numa perspectiva de valiosa utilidade geoestratégica, que deve ser analisada não só do ponto de vista dos Estados ou das Organizações Internacionais, como também, na vertente do terrorismo, do tráfico de drogas, da migração clandestina, do tráfico de pessoas, do tráfico de armas e outras ameaças que põem em causa a segurança internacional e a própria segurança do país. A título de exemplo, numa reportagem, a cargo da jornalista Ana Cristina Pereira, publicada no jornal Público (03 de Janeiro, 2011) sobre as novas rotas do tráfico de cocaínas ficou-se a saber que actualmente existem três rotas conhecidas, com destino à Europa, onde em duas das quais aparece Cabo Verde: a rota do centro (via Cabo Verde, Madeira ou Canárias) e a rota africana (via Golfo da Guiné ou largo de Cabo Verde).

O combate a estas actividades criminosas envolve um elevado número de meios e equipamentos dos quais o Estado cabo-verdiano ainda carece. Em virtude disso, como tínhamos visto anteriormente, a estratégia de Cabo Verde é procurar desenvolver parcerias,

---

<sup>11</sup> Segundo o índice de Vulnerabilidade Económica da UNCTAD, Cabo Verde, com uma pontuação de 57,0, situa-se entre os países em desenvolvimento que são altamente vulneráveis.

<sup>12</sup> Ver em: [http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=412&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=412&Itemid=99999999), consultado em 30 de Maio de 2011.

com actores que partilhem interesses comuns, de modo a permitir o reforço da utilidade do país para a segurança atlântica e internacional.

### **2.2.1.1 Cabo Verde e a União Africana**

A União Africana (UA) foi criada em 2000, na cimeira do Cairo, substituindo assim a extinta Organização da Unidade Africana (OUA). Com o advento do multipartidarismo nos países africanos os seus líderes resolveram unir esforços no sentido de partilhar interesses comuns e acelerar a integração política e sócio-económica do Continente, onde a ideia central passa pela criação de uma organização nos moldes da UE (Silva, 2007).

No que concerne às relações multilaterais entre o Estado cabo-verdiano e aquela organização, podemos constatar, de acordo com a 3ª edição do documento que viabiliza as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, que “interessa a Cabo Verde a integração nas políticas africanas de defesa e segurança colectiva que visam a paz, a estabilidade, a coesão e o aprofundamento dos projectos africanos de desenvolvimento, particularmente o NEPAD<sup>13</sup>” (Governo de Cabo Verde, 2005, p. 5).

Todavia, admite o ex-Embaixador Arnaldo Andrade, que Cabo Verde tem tido uma grande dificuldade em ancorar no continente africano (A Semana, 22 de Abril, 2010). Também, Suzano Costa ao ser indagado sobre esta dificuldade afirmou que «há de facto um défice na política externa cabo-verdiana em relação a África, mas isso decorre de um preconceito existente...» (Expresso das Ilhas, 01 de Novembro, 2010). Segundo este politólogo, «existem argumentos objectivos que sustentam a ideia de que as organizações da sub-região africana, do ponto de vista efectivo, não funcionam de forma consistente», razão pela qual não foi fácil estabelecer contactos com a África no âmbito da política externa cabo-verdiana. Ainda nas palavras de Onésimo Silveira (2005, p.9) podemos reconhecer o tal défice ao sublinhar que «Cabo Verde é um caso de regionalismo africano que (...) tende a sê-lo cada vez menos, na medida em que a dinâmica política e sócio-cultural se torna cada vez mais dependente e tributária dos valores da civilização ocidental (...)».

Em contrapartida, o diplomata e investigador Manuel Rosa (2007) defende que, no âmbito multilateral, Cabo Verde deve reforçar a sua acção diplomática junto da UA como uma atitude preventiva no caso de os interesses virem a convergir.

No entanto, outros autores consideram que isto constitui um grande desafio para a política externa cabo-verdiana, no sentido de procurar definir uma estratégia eficaz no seu diálogo com África visando uma melhor integração no plano regional (Costa, 2010).

---

<sup>13</sup> A Nova Parceria para o Desenvolvimento em África (NEPAD) - é um programa da União Africana (...) com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentável em África.

Porém, segundo Rocha (2005), “Cabo Verde segue atentamente o desenvolvimento dos acontecimentos no continente a que pertence e (...) está a posicionar a sua política externa para melhor participar, orientar e defender os seus interesses nesse contexto”<sup>14</sup>.

Com isto, pode-se verificar que as relações entre Cabo Verde e UA são ainda ténues e ineficientes. Não obstante os interesses delimitados pelo Estado cabo-verdiano referente à sua integração nas políticas africanas, carece ainda de elaborar uma agenda para África que seja coerente com o processo de desenvolvimento e segurança do país.

### **2.2.1.2 Cabo Verde e a União Europeia**

Nos dias que correm a UE torna-se numa parceira de grande importância estratégica para Cabo Verde. Não só no âmbito geoeconómico, mas também no que concerne à segurança. Efectivamente, a CE tem vindo, cada vez mais, a demonstrar o seu interesse no que respeita à cooperação bilateral com Cabo Verde, por exemplo, no apoio à fiscalização da ZEE cabo-verdiana onde os objectivos primordiais passam pelo controlo do tráfego de drogas, de armas de destruição maciça, passando pela imigração ilegal e pelo terrorismo, cuja inexistência de meios eficazes de prevenção e combate, por parte do Estado cabo-verdiano, é uma realidade que a Europa não pode continuar a ignorar (Lourenço, 2006) .

A temática sobre uma eventual integração de Cabo Verde na UE tem dividido opiniões no seio da sociedade cabo-verdiana. Tudo começou quando Mário Soares e Adriano Moreira lançaram uma petição pública, apoiados pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiro Freitas do Amaral, defendendo uma futura adesão de Cabo Verde à UE, frisando que o alargamento da União não pode ignorar a dimensão atlântica do Continente (DN, 17 de Março, 2005). Esta petição ganhou uma dimensão internacional pois teve duras críticas, não só por parte dos investigadores cabo-verdianos, como também por outros. Como se pode notar nas declarações proferidas por Pedro Seabra (2010a), num artigo intitulado «*Cimeira da CEDEAO: O reequilíbrio da política externa cabo-verdiana*»<sup>15</sup>, ao esquadriñar o seguinte: “De facto, Cabo Verde chegou a anunciar publicamente no início de 2007 a intenção de fazer o *downgrade* da sua relação com a CEDEAO, em nome de uma eventual – e extremamente hipotética – adesão à União Europeia”.

Em oposição à ideia de integração aparece, entre outros autores, o escritor Germano Almeida, numa entrevista ao jornal «*A Semana*», a defender que é totalmente contra a qualquer adesão de Cabo Verde à UE, baseado na ideologia pan-africana, mas aconselha os dirigentes políticos a não se descartarem de uma estratégia de aproximação à Europa (Notícias Lusófonas, 11 de Abril, 2005).

---

<sup>14</sup> Ver em: [http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=103&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=103&Itemid=99999999), consultado em 30 de Maio de 2011.

<sup>15</sup> Ver em: <http://ipris.blogs.sapo.pt/3282.html>, consultado em 20 de Maio de 2011.

Para travar os contornos que isto tinha vindo a adquirir, José Luís Rocha, então Director Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação, publicou um artigo, na página do MNE de Cabo Verde contradizendo que “em nenhuma das reuniões diplomáticas que precederam, e nem como membro da equipa de negociação que redigiu palavra por palavra e vírgula após vírgula, o projecto de Comunicação da Comissão sobre a qual baseou-se a Declaração do Conselho de Novembro de 2007, nunca houve mandato para solicitar uma qualquer adesão” (Rocha, 2010b)<sup>16</sup>.

No entanto, a ancoragem de Cabo Verde à UE não deixa de fazer parte do cartel da política externa cabo-verdiana. Tão pouco que mais tarde isto veio a concretizar-se com o acordo de Parceria Especial em que um dos objectivos é transformar o seu relacionamento com a UE, alterando a simples relação doador/beneficiário do Acordo de Cotonou para uma cooperação mais igualitária.

Ademais, isso é notório nas palavras do actual Primeiro Ministro, José Maria Neves, ao certificar que “Cabo Verde encontra-se numa forte relação com a Europa enquanto parceiro incontornável, pelo que o futuro do país não pode ser equacionado sem se ter em conta esta realidade (...)” (Neves, 2004, p. 17). Esta afirmação pode ser corroborada nas expressões de Fátima Monteiro (2004, p. 28) ao afirmar que, “a opção estratégica natural no que concerne a uma integração regional e nova ancoragem para Cabo Verde no início deste século encontra-se sem dúvida na União Europeia”. A prova disto consiste na integração do país com os demais arquipélagos da Macaronésia, em 2010, justificada pelas vantagens de proximidades e pelas especificidades biogeográficas e vulnerabilidades económicas comuns.

Com o exposto nos parágrafos anteriores pode-se inferir que a actual política externa de Cabo Verde encontra-se ancorada na UE<sup>17</sup>, razão pela qual no seu actual «*Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional*» sublinha que o estreitamento das relações com a UE, através da Parceria Especial, constitui um importante objectivo estratégico, no qual as questões que dizem respeito à segurança e defesa gozam de um papel importante (BO, 17 de Janeiro, 2011).

---

<sup>16</sup> Ver em: [http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=412&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=412&Itemid=99999999), consultado em 30 de Maio de 2011.

<sup>17</sup> Para mais informações sobre as relações entre a UE e Cabo Verde aceder ao sítio na Internet em: [http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/country-cooperation/cape-verde/cape-verde\\_en.htm](http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/country-cooperation/cape-verde/cape-verde_en.htm) . Ver também, o sítio da Delegação da União Europeia em Cabo Verde, em: [http://eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/index_pt.htm). Ambos consultados em 20 de Maio de 2011.

### 2.2.1.3 Cabo Verde e a CEDEAO

Cabo Verde aderiu ao Tratado de Lagos que instituiu a CEDEAO<sup>18</sup>, em 1977, dois anos depois da sua independência. A sua integração a essa sub-região Oeste-africana, à semelhança das organizações supracitadas, também é hoje objecto de diversos debates no meio académico e político da sociedade cabo-verdiana.

Como é sabido a região da África Ocidental conhece décadas de instabilidade política desde a luta pela independência às “contendas” intra-estatais. Como se pode confirmar “(...) do Senegal à Libéria, a região é atravessada por pontos de fixação de conflitos aparentemente localizados, mas cujas causas e consequências se articulam a estruturas sociais e a histórias transregionais. É o caso de Casamansa, Serra Leoa e Libéria” (Pereira, 2002, p. 225). Estes conflitos têm tido consequências nefastas como as deslocções em massa das populações, factor de desestruturação de Estados vizinhos e a proliferação de um ambiente propício para o desenvolvimento de actividades de terrorismo internacional e de crimes organizados. Todavia, os vários protocolos posteriores ao Tratado de Lagos não conseguiram criar normas eficazes que permitissem a mitigação atempada destes problemas. Talvez por esta razão, na década de noventa as elites da política externa cabo-verdiana optaram por abandonar a ideia de integração Oeste-africana devido a um conjunto de dificuldades e começaram a orientar-se para a inserção activa na economia mundial (Estêvão, 2004). Note-se que nesta época a participação das delegações cabo-verdianas nas reuniões técnicas e políticas da CEDEAO eram raras e com pouco conhecimento da organização o que teria como consequência uma ausência de estratégia negocial para a defesa dos interesses cabo-verdianos (Rosa, 2007).

Entretanto, desde o início do século XXI, Cabo Verde vem reorientando a sua política de afirmação na região Oeste-africana, o qual ganhou maior ímpeto após as negociações do acordo de parceria com a UE, tendo em conta a cláusula da integração regional. Numa entrevista concedida à revista «O Correio» o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros da Cooperação e das Comunidades, José Brito, deixa claro que o mercado de África Ocidental é de interesse estratégico para Cabo Verde. Argumenta ainda sobre a sua proximidade e potencial e adverte que é aí (na CEDEAO) que se encontra a fonte de crescimento para o futuro (in *O Correio*, 2010, p. 43-46).

---

<sup>18</sup> CEDEAO – (Communauté Economique des États de l’Afrique Occidentale) – A Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental, é um agrupamento regional de 15 países africanos (ver Anexo - A) criado em 1975, pelo Tratado de Lagos, na Nigéria, com o objectivo de promover a integração económica entre esses países. Mais tarde com a revisão do tratado em 1993 os objectivos primordiais passaram a ser a intensificação e a integração económica e a cooperação política através do estabelecimento de um parlamento oeste-africano, conselho económico e social bem como um tribunal capaz de assegurar o cumprimento das deliberações da Comunidade.

Por seu turno o Director Nacional de Assuntos Políticos e Cooperação José Luís Rocha assegura que “a integração regional na África do Oeste é uma dimensão estruturante da política externa de Cabo Verde (...) Pela via do acesso a esse vasto mercado, ela é um dos vectores de viabilização da função *hub* de Cabo Verde, visando a exportação de serviços e de mercadorias produzidas localmente ou a partir de actividades de transbordo e, tendo como pressuposto a valorização da posição geoestratégica de Cabo Verde” (Rocha, 2011)<sup>19</sup>.

Porém, as elites da política externa cabo-verdiana estão cientes do grande desafio que têm de enfrentar, no plano de segurança, para se inserirem de forma estável naquela sub-região. Para Manuel Rosa (2007), Cabo Verde antes de se integrar plenamente na Comunidade da CEDEAO deveria apostar na vertente bilateral como o caminho mais viável para uma futura inserção económica e cultural na sub-região. Aliás, foi peremptório ao asseverar que se deve aprofundar o relacionamento a nível bilateral sem se pensar de momento numa integração económica regional. Cita como exemplos alguns acordos bilaterais de vizinhança, sejam quais, os acordos de delimitação das fronteiras marítimas com o Senegal e com a Mauritânia e o aprofundamento das relações económicas com a Guiné Bissau e o Senegal.

Por seu turno Suzano Costa (2010) entende que Cabo Verde, dada a sua especificidade e a sua característica arquipelágica, deve procurar um tratamento diferenciado nas relações com a CEDEAO, alegando que a instabilidade na região pode afectar a curto prazo a segurança do Estado cabo-verdiano.

Em suma, pode-se notar que apesar das divergências, no que se refere a perspectivas de integração regional, os mecanismos correntes de actuação da política externa de Cabo Verde viabilizam a inserção plena na CEDEAO, tendo como desiderato a afirmação do país na cena internacional. Ressalve-se que esta integração apresenta uma mais-valia para Cabo Verde, do ponto de vista da sua estratégia de transformação económica, assim como na sua relação com a UE e outros actores das relações internacionais, como por exemplo o Brasil, interessando a estes não só pela valência do comércio externo, mas também pelas vantagens geoestratégicas de Cabo Verde no combate ao narcotráfico, à migração clandestina e outros factores que não favorecem um ambiente de desenvolvimento na sub-região do Atlântico Sul onde Cabo Verde se insere.

Assim, o debate sobre a integração de Cabo Verde na CEDEAO encontra-se fortemente delimitada entre duas perspectivas – a económica e a de Segurança – que são complementares no quadro de desenvolvimento sustentável na África Ocidental. Se por um lado é necessário investir em grandes meios para garantir a segurança, por outro, é indispensável um ambiente seguro para a atracção de investimentos com o propósito de desenvolver a economia.

---

<sup>19</sup> Ver em: [http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=477&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=477&Itemid=99999999), consultado em 30 de Maio de 2011.



### **2.3 Da Política Externa da União Europeia**

A nova ordem global pós Guerra Fria é caracterizada, entre outras, por duas grandes transformações no cenário internacional. Por um lado, a globalização, como factor potenciador das relações entre povos de diversas regiões do globo, teve um papel preponderante na revolução das tecnologias de informação e comunicação, assim como, na flexibilização das ideias tradicionais de fronteira, Estado-Nação e território (Sobrinho, 2005). Por outro lado, começaram a surgir novos particularismos que culminaram com a degeneração de vários conflitos regionais, como por exemplo, a instabilidade nos Balcãs na década de 90 (Lafer, 2000). Assim sendo, com este cenário mundial novas responsabilidades surgem para a Europa exigindo a sua actuação para além da integração económica e da cooperação para o desenvolvimento.

Como é sabido, as relações externas da CE tiveram início nas negociações económicas e comerciais. Entretanto, com o amadurecimento das instituições comunitárias os assuntos envolventes à cooperação para o desenvolvimento foram ganhando importância. E com o advento de uma nova ordem global multipolar surge, através do Tratado de Maastricht (1992), uma base renovada nas relações externas da UE. Refere-se à Política Externa de Segurança Comum (PESC), um dos pilares do Tratado da UE que tem as suas premissas na Cooperação Política Europeia. Com esse mecanismo, a União almeja fazer ouvir a sua voz no mundo, dando o seu parecer sobre os conflitos armados, assim como, defender qualquer assunto ligado aos seus princípios fundamentais, como sejam, os Direitos Humanos, os valores comuns da liberdade, da Democracia e todas as demais questões que, directa ou indirectamente, afligem a segurança da União. Como parte integrante da PESC os Estados-Membros têm vindo a desenvolver, de forma progressiva, uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), agora denominada Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), com o objectivo de dotar a União de capacidades militares na sua política de segurança (Moreira & Lech, 2004). É importante salientar, que nesta matéria, o Tratado de Lisboa introduziu algumas alterações, nomeadamente, a criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança; introdução de disposições que regulam a política de ajuda humanitária da UE; a cláusula de solidariedade, que obriga aos Estados-Membros a assistir um outro Estado da União que seja vítima de um eventual ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou humana; e, prevenção de uma cooperação permanente em matérias de defesa e segurança, entre os Estados-Membros interessados (Gomes, 2008)<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Sobre a evolução da política externa europeia ver: HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva (2006). Valores Comuns Europeus: O verdadeiro Interesse Comum da Política Externa da UE, *in Revista Militar*, nº 2459, p. 1423, (1ª parte). Internet: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=171>, consultado em 15 de Junho de 2011. Ver também, um outro artigo do mesmo autor que versa sobre: A Construção da Política Externa

Com as premissas anteriormente expendidas, pode-se notar que para falar da política externa da UE existe uma gama de terminologias que evidenciam a complexidade do assunto em epígrafe. Quais sejam, CPE; CPD; PESC; PESD; PCSD; Acção Externa Comum; Diplomacia Europeia; entre outros, o que nos leva a concluir que a política externa da UE é um processo em constante formação e tem como objectivo último a estabilidade na Europa e na sua periferia (Fernandes, 2006)<sup>21</sup>.

### **2.3.1 A Cooperação para o Desenvolvimento**

Abordando a temática sobre a Cooperação para o Desenvolvimento (CPD) torna-se impreterível a sua diferenciação a par da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Segundo Ramiro Monteiro (1997, p. 63) a cooperação é um sub-produto da “Nova Ordem Económica Internacional” que inclui a transferência de recursos de um país para outro a fim de promover o desenvolvimento do país receptor. Enquanto a APD, conforme o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, “é um conjunto de recursos humanos, financeiros e materiais que, sob a forma de donativos ou empréstimos, são transferidos para os países em vias de desenvolvimento (PVD) directamente pelos organismos estatais do país doador ou, de forma indirecta, através dos vários organismos multilaterais financiados pelos países doadores” (cit. Ibidem). Como por exemplo, os vários Bancos Regionais, os diversos organismos da ONU, da OMS, da FAO, entre outros.

Neste contexto, a UE e os Estados-Membros representam 60% das ajudas mundiais e mais de metade desse valor é canalizado para os países ACP. Os principais mecanismos que a UE tem vindo a utilizar no financiamento das ajudas públicas e cooperação são o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e o Banco Europeu de Investimento (BEI). O primeiro foi criado pelo Tratado de Roma, em 1957, com o intuito de ajudar os países ultramarinos com os quais a França mantinha relações comerciais privilegiadas. É composto por contribuições dos Estados-Membros e encontra-se fora do quadro orçamental da União (UE, 2010). Quanto ao BEI surge como orientador das ajudas financeiras. Também criado no Tratado de Roma, tem como objectivo conceder empréstimos a longo prazo para projectos de investimento tanto ao sector público como privado. Convém aqui salientar que este mecanismo não concede subvenções, pelo contrário, é auto-financiado pelos empréstimos contraídos aos mercados financeiros (ICEP, 1998).

---

Europeia: Anterior ao Acto Único Europeu, in *Proelium-Revista da Academia Militar*, VI Série, nº 7 (2007), p. 45-100, Lisboa.

<sup>21</sup> Ainda, para ter uma visão geral da política externa europeia, ver FERREIRA; Maria João Militão (2005). *A Política Externa Europeia. Uma reflexão sobre a União Europeia como Actor Internacional*, Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, Lisboa.

Abre-se aqui um parêntese para dizer que, não obstante aos esforços envidados no sentido de ajudar os PVD, os balanços intermédios não têm sido positivos. Por exemplo, baseando num relatório de 1992, sobre os efeitos do Mercado Único Europeu nos países ACP pode-se verificar o seguinte (Monteiro, 2001, p. 58):

- ♦ As importações ACP da UE em 1970 eram de 9%, em 1990 foram de 6% e em 2008 baixou para 3,5%;<sup>22</sup>
- ♦ As exportações ACP, especialmente para UE, em igual período, quase que desceram para zero; e
- ♦ Em 1981, havia 21 países africanos na lista PMA; hoje já são 48<sup>23</sup>.

Para além das conclusões supracitadas ainda existem outras consequências e riscos que se encontram aglutinados ao processo da APD. Em muitos dos países ACP, sobretudo da África Subsariana, a ajuda tem sido mal canalizada e, muitas vezes, servindo para fomentar a manutenção de regimes políticos corruptos. Nesses países, onde a instabilidade reina, as ajudas podem ser ainda desviadas para o financiamento de conflitos armados. Em outras situações, não sendo utilizadas em conflitos regionais, servem como fonte de enriquecimento das elites do poder e desviados dos projectos que teriam como finalidade a melhoria das condições de vida das populações. Também, em alguns casos, as ajudas alimentam um clima de dependência e atraso económico, ou seja, os governantes dos países receptores das ajudas criam uma mentalidade de que só dependem dos países desenvolvidos para fomentar a produção interna, o que desincentiva a população local. Ainda, persiste como um grande problema ligado à APD, o caso em que os países doadores, em detrimento de critérios eficazes para o desenvolvimento, optam por colocarem na vanguarda os seus próprios interesses. Aliás, existe hoje uma corrente que argumenta que os principais responsáveis pela persistência da pobreza nos países do Sul são os países desenvolvidos (Idem).

Contudo, a partir de 1990, um novo paradigma começa a ganhar forma nas relações entre a UE e os países ACP, ou seja, se antes esta relação era “excessivamente polarizada”, como descreve Avelino Bonifácio (cit. Pinto e Pinheiro, 2007, p.21), a partir de então passou a reunir um conjunto de características que a torna numa verdadeira cooperação para o desenvolvimento, tais como, a contratualidade do relacionamento entre os Estados-Membros da União e os países ACP, onde os direitos e obrigações passaram a ser recíprocas; o princípio da parceria, que valoriza a igualdade e a soberania entre os parceiros; e entre outros, a combinação de disposições políticas, comerciais e financeiras.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Dados da Delegação da União Europeia (DUE) em Cabo Verde, disponível na Internet em: [http://eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/eu\\_cape\\_verde/trade\\_relation/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/trade_relation/index_pt.htm), consultado em 01 de Junho de 2011.

<sup>23</sup> Ver o Anexo - E

<sup>24</sup> Ver em: [http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=121&Itemid=152](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=121&Itemid=152), consultado em 22 de Maio de 2011

Em boa verdade, o modelo político a partir de 1990 favorece substancialmente a cooperação internacional, entendida como uma forma de organização para prossecução de objectivos e interesses comuns (Monteiro, 2001). Neste contexto, a UE tem apostado, cada vez mais, nas parcerias estratégicas como meios para atingir certos fins. Não é por acaso que as parcerias económicas preferenciais se encontram norteadas de exigências, sob a forma de cláusulas políticas, que envolvem, indirectamente, os países intervenientes nos processos de consolidação da Democracia, combate à corrupção e outros valores fundamentais da União, onde a principal finalidade, como foi referido anteriormente, é garantir a segurança e a estabilidade na Europa e na sua periferia.

### **2.3.2 As Parcerias Estratégicas**

Actualmente, a UE tem desenvolvido uma rede de parcerias estratégicas com países e organizações por todo o mundo. Na sua política de vizinhança, a União desenvolve relações estreitas com os seus vizinhos do Leste como a Ucrânia, a Moldávia, a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia e mantém com a Rússia uma parceria estratégica, e do Sul com os países do mediterrâneo (Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Autoridade Palestiniana e Tunísia) (UE, 2006). O objectivo da União consiste em criar um clima de segurança e estabilidade à sua volta, de modo a consolidar a sua própria segurança. Para tal, a União oferece a esses países grande apoio financeiro e a possibilidade de usufruírem das vantagens do seu mercado interno exigindo, por seu turno, que estes países colaborem nas reformas democráticas, na instauração de uma economia de mercado, assim como, no respeito crescente dos Direitos Humanos e os demais valores fundamentais (UE, 2004).

Dos seus parceiros mais longínquos, desde os EUA, Brasil, China ao Japão, importa aqui destacar a parceria estratégica com a África conseguida pela presidência portuguesa da União em 2000, após laborioso trabalho diplomático junto dos Estados africanos. Durante a cimeira do Cairo, em Abril de 2000, a UE iniciou um novo diálogo com a África, no qual ficou aprovado um plano de acção com vista a colocar em prática a nova parceria conjunta UE/África assente em quatro *clusters*: a paz e segurança; a governação e Direitos Humanos; o comércio e integração regional; e o desenvolvimento (IPAD, 2010).

Efectivamente, esta renovada estratégia conjunta trouxe uma nova dimensão doutrinária nas relações UE/África consolidada, sobretudo, com a segunda cimeira, realizada em Lisboa, a 8 e 9 de Dezembro de 2007, durante a terceira presidência portuguesa do Conselho Europeu<sup>25</sup>. A UE e os seus Países-Membros chegaram à conclusão que para cooperar com a África não se pode passar ao lado do *cluster* segurança. Como afirma o ex-Secretário de Estado Adjunto

---

<sup>25</sup> Para mais informações ver: “Balanço da Presidência do Conselho da União Europeia. 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal 2007. Internet: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=2001](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2001), consultado em 15 de Junho de 2011.

e dos Assuntos Europeus, Manuel Antunes, (2007, p. 14) “hoje é absolutamente claro em todo o pensamento da União Europeia na área de cooperação para o desenvolvimento e na área de ajuda a África que sem segurança não há desenvolvimento”. Com efeito, não é só nesta vertente que a promoção da segurança e estabilidade em África interessa a UE. Sendo a Europa o continente mais próximo da África, a instabilidade nesta região gera consequências perniciosas para a União, principalmente no que se refere à deslocação em massa da população. Neste contexto, parafraseando Avelino Bonifácio “talvez seja melhor criar condições em África para impedir a emigração massiva para a Europa” (cit. Pinto e Pinheiro, 2007, p.22). E é com este propósito que a União assina em 2007 um protocolo com Cabo Verde, baptizado de parceria especial, onde se destaca os seguintes eixos de intervenção: boa governação; segurança e estabilidade; integração regional; convergência técnica e normativa; sociedade do conhecimento; e luta contra a pobreza (MNECC, 2009).

Enfim, a segurança na UE está intimamente ligada à segurança em África. Assim sendo, a União para salvaguardar os seus interesses instalados naquele continente deverá apostar incessantemente na sua viabilização, criando mecanismos capazes de promover uma paz sólida e um ambiente propício para o desenvolvimento<sup>26</sup>.

## **2.4 Síntese**

Após breves considerações acima descritas sobre a política externa de Cabo Verde e da UE termina-se este capítulo com a seguinte síntese:

A estratégia de Cabo Verde é procurar desenvolver parcerias, com actores que partilham interesses comuns, de modo a permitir o reforço da utilidade do país para a segurança atlântica e afirmar-se cada vez mais na cena internacional;

Cabo Verde ainda carece de uma agenda para África que seja coerente com o processo de desenvolvimento e segurança do país;

Após os acordos de parceria com a UE, Cabo Verde volta a colocar na sua agenda diplomática a sua integração e afirmação na CEDEAO;

A UE promove a segurança e a estabilidade em África como garantia da sua própria segurança e procura parceiros no combate às “intempéries” que dificultam um ambiente propício para o comércio e desenvolvimento.

---

<sup>26</sup> Veja, por exemplo, o que se passa actualmente no Mediterrâneo. A crise no Norte de África, especialmente em países como Tunísia e Líbia, levou mais de 30 mil refugiados a fugir para a Itália desde o início dos conflitos. E cita algumas fontes que a maioria desses refugiados não era líbios, mas de outras regiões da África subsariana que tinham como objectivo viajar para a Europa à procura de melhores condições de vida devido a políticas repressivas ou simplesmente por razões económicas.

## CAPÍTULO 3

### BREVE HISTORIAL DA COOPERAÇÃO UE - CABO VERDE

*A União Europeia, cujos princípios reitores são a construção de uma zona de paz, estabilidade e progresso (...) deseja projectar esses valores a outras zonas e países dos seus arredores e do resto do mundo. (in DUE, Cabo Verde)<sup>27</sup>*

#### 3.1 Considerações Iniciais

As relações entre a UE e os países do Sul tiveram início nas Convenções de Yaoundé I e II assinadas, respectivamente, em 1963 e 1969, entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e as 19 antigas colónias da França. Com a entrada, em 1973, da Irlanda, Dinamarca e Reino Unido na CEE estendeu-se a cooperação à Oceânia, à América Latina e a todos os países anglófonos ex-colónias da Inglaterra. Com essas alterações, a Convenção de Yaoundé foi substituída em 1975 pela Convenção de Lomé I assinada entre a CEE e 46 países ACP. Em 1979 foi negociada a segunda Convenção de Lomé e o número dos países ACP aumentara para 58, entre os quais a República de Cabo Verde. A terceira Convenção de Lomé teve a sua vigência de 1985 a 1989, e nesta época a CEE já contava com a adesão de Portugal e Espanha, passando a ter 12 Estados-Membros, e o grupo ACP já reunia 64 países, dos quais 43 são africanos. A última versão da Convenção de Lomé (Lomé IV) foi assinada em 1990 por um período de 10 anos e beneficiou-se de uma revisão em 1995. Entretanto, a Convenção de Lomé veio a ser substituída, em 2000, pelo actual Acordo de Cotonou para um período de 20 anos e, à semelhança do anterior, com previsão para ser revista quinquenalmente (UNESCO, 2010).

Sendo assim, é a partir do nódulo formado pelas relações multilaterais UE/ACP que se engendrou a cooperação bilateral UE/Cabo Verde enquadradas no Acordo de Cotonou e complementadas por uma Parceria Especial e uma Parceria para a Mobilidade assinada em 2007 e 2008, respectivamente (DUE)<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Ver em: [www.delcpv.ec.europa.eu](http://www.delcpv.ec.europa.eu), consultado em 30 de Maio de 2011.

<sup>28</sup> Idem

### **3.2 Das Convenções de Lomé ao Acordo de Cotonou**

Como foi visto anteriormente, as relações entre a UE e Cabo Verde têm como referência as disposições da primeira Convenção de Lomé, passando pelas suas subseqüentes revisões até ser substituída pelo Acordo de Cotonou.

A Convenção de Lomé, assinada entre a CEE e os países ACP, eram acordos essencialmente comerciais, não obstante, o seu aperfeiçoamento ao longo do tempo. Inicialmente, tinha como objectivo a coordenação comercial, em que alguns produtos tropicais dos países ACP beneficiavam de isenção de direitos aduaneiros e não tinham restrições em termos de quantidade nos mercados da CEE. Ao contrário de Yaoundé, em que existia a reciprocidade nas relações comerciais, na Convenção de Lomé passaram a ser reconhecidas as desigualdades de desenvolvimento entre os dois grupos de países, não sendo necessariamente os produtos da CEE a gozarem dos mesmos direitos nos mercados ACP. Além disso, esta Convenção trouxe algumas inovações na cooperação Norte-Sul, nomeadamente, a fomentação da cooperação regional; a ajuda às pequenas e médias empresas, o financiamento de micro-projectos, assim como, o aumento considerável de instituições que regulam esses acordos. Também, é de referir, que é com Lomé I, que foi criado o sistema Stabex, cujo objectivo é a estabilização de receitas de exportação de produtos agrícolas dos países ACP (Monteiro, 1997).

O balanço de Lomé I não foi satisfatório, demonstrando um grande desequilíbrio comercial, favorecendo ainda mais os países da CEE. Assim sendo, na Convenção de Lomé II procurou-se intensificar as relações CEE/ACP criando novos mecanismos para ultrapassar o desalento vivido nos acordos anteriores. Como tal, foi implementado o sistema Sysmin cujos objectivos consistiam em ajudar na manutenção das capacidades de extracção mineira e contribuir técnica e financeiramente em actividades ligadas aos recursos mineiros. Uma outra inovação, tem que ver com a maior atenção dada aos países insulares e do interior, como Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe (Silva e Alves, 2002).

As negociações para a Convenção de Lomé III foram consagradas em tempos difíceis, principalmente pelos países ACP, que se encontravam mergulhados numa grande crise económica depois da depressão de 1980-83. Estas situações ainda foram agravadas pela decadência da produção agrícola e pela subseqüente diminuição das transferências das APD. Assim sendo, a CEE e os países ACP tiveram que repensar as prioridades, a par do Lomé II, pondo em destaque o desenvolvimento agrícola rural e a segurança alimentar. Para além disso, outras medidas foram levadas a cabo: quase a totalidade dos produtos exportados dos ACP tinha um acesso livre ao mercado comunitário; reforço no funcionamento dos sistemas Stabex e Sysmin; fomentação da cooperação industrial e agrícola; e, pela primeira vez, um reforço na

valorização dos recursos humanos, com apoios locais aos trabalhadores e auxílios aos estudantes na Europa (Idem).

Entretanto, com as mudanças na conjuntura internacional a partir de 1989, surgiram novas influências à CEE. Daí, a 7 de Fevereiro de 1992 no Tratado de Maastricht, que institui a UE, consagrou-se, pela primeira vez, uma política institucional comunitária de cooperação. Com isso, a última revisão de Lomé (Lomé IV) seria, naturalmente, influenciada por essas mudanças. Uma primeira inovação, a par das Convenções anteriores, tem que ver com a sua duração que passou dos 5 para 10 anos, não obstante de se ter beneficiado de uma revisão passado 5 anos. Pela primeira vez, foi referida na Convenção de Lomé assuntos relacionados com os Direitos Humanos, ou seja, existe a possibilidade de denúncia do acordo, caso algum país interveniente venha a violar os Direitos Humanos, pondo em causa o Estado do direito e a Democracia. Além disso, esses acordos foram alargados para além da cooperação técnica e financeira, no âmbito dos sistemas Stabex e Sysmin, e da cooperação comercial e industrial, passando a definir novas áreas de assistência, nomeadamente, em matéria de produtos bases<sup>29</sup>, nos domínios da pesca e do ambiente, na cultura e sociedade, visando o desenvolvimento autónomo dos Estados ACP. É de salientar, que nesta última revisão de Lomé os países ACP tornaram-se mais participativos nos processos de decisão no âmbito da cooperação delineada, com representações de um membro de governo de cada país no Conselho de Ministros ACP-CE, com um Chefe de Missão de cada país ACP junto da CE e com representantes designados pelos países ACP na Assembleia Paritária ACP-CE. Enfim, é com o Lomé IV, que o conceito de “diálogo político” foi introduzido, pela primeira vez, nas relações UE-ACP, dando azo a um novo horizonte de debate nos assuntos de segurança e de política externa (Monteiro, 1997).

Com efeito, a previsão dos novos alargamentos da UE para Leste e a nova ordem internacional de liberalização geral do comércio, trouxe à União uma nova configuração e, simultaneamente, novas preocupações, como sejam, a diminuição da instabilidade e o apoio à democratização dos países de economia fragilizada. Esta conjuntura resultou na difusão do Livro Verde<sup>30</sup>, cujo objectivo era desencadear um processo de reflexão e debate sobre o futuro das relações entre a UE e os países ACP. Com isso, chegou-se à conclusão que as quatro convenções de Lomé não conseguiram dar respostas aos vários problemas estruturais com que se defrontavam os países do Sul, principalmente, no que se refere à dependência externa, à

---

<sup>29</sup> Produtos como a banana, o açúcar, o rum, e a carne de bovino tinham um protocolo especial. Ver os Protocolos nº 5 relativo às bananas - nº 6 relativo ao rum - nº 7 relativo à carne de bovino - nº 8 relativo ao açúcar, da Quarta Convenção ACP-CEE assinada em Lomé em 15 de Dezembro de 1989, publicada no Jornal Oficial nº L 229 de 17/08/1991 p. 0003 – 0280. Internet: [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21991A0817\(01\):PT:HTML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21991A0817(01):PT:HTML), consultado em 15 de Junho de 2011.

<sup>30</sup> Livro Verde - documento da responsabilidade da Comissão Europeia, tem por objectivo fomentar a reflexão sobre um assunto específico, a nível da UE. Convida à participação no processo de consulta e debate dos temas em consideração.



divida, à pobreza e ao declínio económico, factores que contribuem para a instabilidade social e, por conseguinte, para a desestruturação dos Estados (Monteiro, 2001).

Entretanto, um novo Acordo de Parceria entre a UE e os países ACP foi assinada em Benin, a 23 de Junho de 2000, tendo como principal desiderato a conciliação dos problemas políticos, comerciais e de desenvolvimento. Esta nova Parceria encontra-se assente em cinco pilares (CE, 2005)<sup>31</sup>: “o reforço da dimensão política das relações entre os Estados ACP e a UE; a promoção de abordagens participativas; a abertura à sociedade civil ao sector privado e aos outros intervenientes não estatais; as estratégias de desenvolvimento e o objectivo de redução da pobreza; o estabelecimento de um novo quadro de cooperação económica e comercial; e a reforma da cooperação financeira”.

Das várias inovações do Acordo de Cotonou merece destaque aquela que se refere à nova dimensão política, isto é, ao primeiro pilar da Parceria. Como podemos constatar, novos assuntos foram introduzidos tornando este diálogo mais abrangente em matérias que dizem respeito à segurança. Em confrontação com a Convenção de Lomé, “o diálogo englobará um conjunto diversificado de questões políticas de interesse comum (...) tais como a paz e segurança, a prevenção e resolução de conflitos, o comércio de armas, as despesas militares excessivas, a droga e a criminalidade organizada, a discriminação étnica, religiosa ou racial, e incluirá uma avaliação periódica da evolução em matérias de respeito pelos Direitos Humanos, princípios democráticos, [e] a questão sensível de repatriamentos e readmissão dos imigrantes ilegais (...)” (Idem, p. 223).

Ainda nesta vertente, um outro dado inovador consiste no caso em que se houver a violação, por parte dos países beneficiários, de um dos elementos essenciais, isto é, o respeito dos Direitos Humanos, dos princípios democráticos e do Estado de Direito, serão sancionados com a suspensão de ajudas. Numa outra vertente, o princípio da boa governação passou a ser considerado como elemento fundamental, que poderá trazer benefícios extras ao país em apreço, para além da sua boa reputação a nível internacional. Exemplo disto é a República de Cabo Verde, que segundo o «Documento de Estratégia de Cooperação UE/Cabo Verde»<sup>32</sup>, no âmbito da programação do 10º FED foi anunciado ao país um envelope de 38,4 milhões de euros, do qual ganhou uma bonificação de 30% devido a avaliação positiva feita pela Comissão no que respeita ao desempenho do governo em matéria de governação<sup>33</sup>. Além do mais, o país beneficia de outros apoios fora do quadro do Acordo de Cotonou, sendo de destacar o «Programa de Apoio à Segurança Alimentar» assinada em Junho de 2004 no valor de 4,0

---

<sup>31</sup> Ver em: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/development/african\\_caribbean\\_pacific\\_states/r12101\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_pt.htm), consultado em 30 de Maio de 2011.

<sup>32</sup> Ver o Anexo – B.

<sup>33</sup> De acordo com o Índice Mo Ibrahim, em 2010 Cabo Verde foi classificado como o 4º país africano mais bem governado, depois das Maurícias, Seycheles e Botswana e à frente de África do Sul, Namíbia e Gana (Anexo-D).

milhões de euros graças à sua boa gestão pública e consequente estabilidade política (UE, 2008).

Com as premissas expendidas anteriormente, pode inferir-se que a cooperação entre a UE e os países ACP é um processo em constante adaptação, ou seja, à medida que ocorrem as alterações na ordem económica e política internacional, em geral, e na construção europeia, em particular, surge a necessidade de rever os parâmetros que materializam as suas relações. Actualmente, a cooperação entre a UE e os países ACP proporciona a todos os actores intervenientes a possibilidade de discussão de uma diversidade de assuntos que abarcam interesses comuns, isto é, para além das tradicionais perspectivas de desenvolvimento e de âmbito comercial, passando a avocar uma dimensão política abrangente.

### **3.3 A Parceria Especial**

Durante a presidência portuguesa do Conselho em 2007, a UE e Cabo Verde assinaram uma Parceria Especial, cujo objectivo é reforçar as suas relações no âmbito do Acordo de Cotonou. A parceria foi fundamentada sob o ponto de vista de que estes dois actores internacionais partilham interesses e desafios comuns, assim como, nos laços históricos, culturais e linguísticos que caracterizam as suas relações. Cabo Verde, à semelhança da UE, defende valores como a Democracia, a defesa dos Direitos Humanos e a boa governação. Ademais, do ponto de vista estratégico, partilha com a União vários assuntos envolventes à segurança, nomeadamente, o tráfico de droga, de pessoas e de armas, o controlo da migração clandestina e a luta contra o terrorismo e a criminalidade (CCE, 2007).

De acordo com Arnaldo Andrade, a Parceria Especial é um acordo aberto onde se negoceia tudo excepto instituições, ou seja, tudo excepto a adesão. Segundo o ex-Embaixador, a definição específica deste acordo só poderá ser vista a longo prazo, à medida que o seu plano de acção vai sendo implementado (Cabov, 17 de Maio, 2010). Por seu turno, José Maria Neves, num sentido mais alegórico, descreve esta parceria como sendo “uma estrada que se vai abrindo, com muito trabalho e dedicação, com imaginação e criatividade, para explorar todas as suas potencialidades e fazer dela uma alavanca de transformação de Cabo Verde (MNECC, 2009, p.9). Entretanto, na sua verdadeira acepção política, a Parceria Especial consiste no estabelecimento de um quadro de relacionamento entre Cabo Verde e a UE, cuja finalidade se resume no reforço do diálogo, na concertação e na convergência das suas políticas, visando aumentar a competitividade externa de Cabo Verde e contribuir, deste modo, para o seu processo de transformação e modernização (MNECC). Por outras palavras, a Parceria Especial é uma abordagem política que permite a Cabo Verde e a UE ultrapassar o quadro das relações existentes no âmbito do Acordo de Cotonou e alcançar um patamar relativamente mais abrangente no que se refere a

interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento. Porém, é preciso salientar, que esta parceria não é uma alternativa ao Acordo de Cotonou mas, pelo contrário, uma optimização dos seus mecanismos de tal forma que Cabo Verde ultrapassa o paradigma de doador/beneficiário para alcançar um novo patamar que favorece a criação de um quadro de diálogo político amplo na defesa dos interesses comuns (CCE, 2007).

A Parceria Especial assenta em seis pilares, passando a citá-los: 1) Boa governação, cujos pontos-chave são a consolidação de aspectos ligados à Democracia e aos Direitos Humanos, à luta contra a violência, à integração dos imigrantes em situação regular e aos direitos das crianças e das mulheres, assim como, as reformas dos sistemas judiciais e das finanças públicas; 2) Segurança e estabilidade, que incide sobre as vertentes aliadas ao combate ao terrorismo, ao tráfico de seres humanos, de drogas e armas e crimes conexos, à gestão eficaz dos fluxos migratórios e à segurança marítima; 3) Integração regional, que será perspectivada a dois níveis, por um lado, a aproximação às RUP<sup>34</sup> (Regiões Ultraperiféricas) e, por outro, a integração na CEDEAO; 4) Convergência técnica e normativa, que visa a implementação da estratégia de transformação cabo-verdiana através da aproximação às doutrinas europeias em matéria técnica e normativa; 5) Sociedade de conhecimento, que consiste na melhoria das questões ligadas à educação, investigação e desenvolvimento das tecnologias de informação; 6) Desenvolvimento e luta contra a pobreza, cujo objectivo é garantir um desenvolvimento sustentado e a redução da pobreza com envolvimento da sociedade civil, do sector privado de Cabo Verde e de todos os Estados-Membros (CCE, 2007).

Efectivamente, através deste acordo aberto, Cabo Verde almeja alcançar novos horizontes no seu diálogo político com a UE. É neste contexto, que em 2008 assinaram um novo acordo de Parceria para a Mobilidade, cujo objectivo último consiste no reforço do diálogo político em matérias que dizem respeito à migração.

### **3.3.1 A Parceria para a Mobilidade**

Após a aprovação, pelo Conselho Europeu em 2005, do documento «Abordagem Global das Migrações: acções prioritárias para África e Mediterrâneo»<sup>35</sup> começaram a surgir fortes iniciativas resultantes de intenções de carácter político em matérias de migração. As negociações neste sentido levaram a UE e Cabo Verde a adoptarem, a 5 de Julho de 2008, em Luxemburgo, uma declaração conjunta para o estabelecimento de uma Parceria para a Mobilidade, cuja linha mestra é a melhoria da circulação legal das pessoas entre a UE e Cabo Verde, incluindo a luta e prevenção contra a migração ilegal. Convém aqui realçar que

---

<sup>34</sup> As regiões Ultraperiféricas são sete: Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião, bem como, Açores, Madeiras e Canárias.

<sup>35</sup> Ver Anexo - C.

em Dezembro de 2007, Cabo Verde e Moldávia foram os dois países seleccionados pelo Conselho Europeu para a realização de experiências piloto, no âmbito dessa parceria, onde os membros da UE signatários foram o Reino da Espanha, a República Francesa, o Grão-Ducado de Luxemburgo e a República Portuguesa (Eurocid, 2008).

Com efeito, os objectivos últimos desta parceria centram-se na gestão eficaz dos fluxos migratórios, no reforço do diálogo em assuntos das migrações, na gestão de fronteiras e segurança marítima, no controlo e segurança documental, assim como, no combate à migração ilegal e tráfico de seres humanos (DUE, s.d)<sup>36</sup>. Para a materialização destes objectivos várias acções foram desenvolvidas, como por exemplo, o Projecto Campo, que consiste no apoio aos emigrantes no país de origem; e o Projecto Dias de Cabo Verde que visa mobilizar o capital humano e profissional dos cabo-verdianos na diáspora, para capacitação de sectores chave em Cabo Verde, assim como, o Acordo entre Cabo Verde e França sobre a gestão de fluxos migratórios e desenvolvimento solidário e a cooperação no âmbito da Agência Europeia de Controlo das Fronteiras Externas (FRONTEX).

### **3.3.2 O Protagonismo de Portugal na Parceria Especial UE-Cabo Verde**

Portugal, em termos de cooperação bilateral, é dos parceiros mais importantes de Cabo Verde. Segundo o actual Primeiro Ministro, José Sócrates, o seu país exporta anualmente para Cabo Verde cerca de 250 milhões de Euros, quase tanto como para o Brasil (DN, 15 Março, 2009). Este montante é distribuído praticamente por todos os sectores, quer públicos como privados ou áreas não governamentais. É raro identificar alguma ilha ou algum sector em Cabo Verde onde não se possa confirmar a presença da cooperação portuguesa. Os seus resultados têm sido claramente visíveis, sobretudo na capacitação das estruturas institucionais ligadas às finanças públicas, à justiça, à defesa e segurança, à educação, assim como, aos aspectos aliados ao municipalismo (Cardoso *et al*, 2007).

Entretanto, outros indicadores são motivos justificativos desta intensa cooperação. Por um lado, em comparação aos outros membros da UE, Portugal é o país cujo relacionamento com Cabo Verde se esboça no prolongamento dos fortes laços históricos, culturais e sociais que os ligam desde da independência deste. Por outro lado, a língua portuguesa mantêm-se como uma prioridade importante na política externa de Cabo Verde. Aliás, funciona como um instrumento fundamental para Cabo Verde, na garantia de prestígio a nível internacional e no reforço dos laços bilaterais, em particular no seio da CPLP (Seabra, 2010b).

Uma outra vertente na cooperação destes dois países consiste no apoio que Portugal tem prestado a Cabo Verde na criação de sinergias para a realização da Parceria

---

<sup>36</sup>Ver:[http://eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/eu\\_cape\\_verde/political\\_relations/patnership\\_eu\\_cape\\_verde/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/political_relations/patnership_eu_cape_verde/index_pt.htm), consultado em 15 de Junho de 2011.

Especial com a UE. Um dos principais desafios da terceira presidência portuguesa do Conselho Europeu, em 2007, foi convencer os Estados-Membros, principalmente os do Leste, da necessidade da UE investir tempo e dinheiro numa cooperação especial para o desenvolvimento de Cabo Verde. Para tal a estratégia portuguesa baseou-se em dois argumentos. O primeiro é mostrar aos restantes membros da União que Cabo Verde é um exemplo de como os outros Estados africanos podem mudar para melhor. O seu progresso económico e democrático, a sua estabilidade política e também os seus bons indicadores de governança tornam este país num verdadeiro exemplo para África, e em especial para a África Ocidental. O segundo argumento resume-se à importância de Cabo Verde como parceiro ideal para a promoção da segurança colectiva, no controlo da migração ilegal e de outros ilícitos, principalmente da região onde se insere (Vieira e Pereira, 2009).

Todavia, com os argumentos apresentados e após longos períodos de debates e negociações, a diplomacia portuguesa conseguiu despertar nos restantes Estados-Membros o caso cabo-verdiano, induzindo-o como uma das prioridades na nova política europeia para a África. Assim sendo, pode-se inferir que a Parceria Especial UE/Cabo Verde foi, indubitavelmente, um dos grandes êxitos conseguido pela 3ª presidência portuguesa do Conselho Europeu em 2007.<sup>37</sup>

### **3.4 Síntese**

Fechando este capítulo importa sintetizar os seguintes dados:

Actualmente, a cooperação entre a UE e os países ACP para além das tradicionais perspectivas de desenvolvimento e de âmbito comercial, passou a avocar uma dimensão política mais abrangente.

A Parceria Especial UE/Cabo Verde é um acordo aberto que proporciona um novo quadro de relações existentes no âmbito do Acordo de Cotonou, permitindo a Cabo Verde ultrapassar o paradigma de doador/beneficiário para alcançar um novo patamar que favorece a criação de um diálogo político abrangente na defesa dos interesses comuns, em matéria de segurança e desenvolvimento.

A Parceria para a Mobilidade é mais um instrumento para o controlo da migração ilegal, do tráfico de humanos, e de outros ilícitos que utilizam a fronteira como meio para a sua projecção.

A Parceria Especial UE/Cabo Verde foi, indubitavelmente, um dos grandes êxitos da terceira presidência portuguesa do Conselho Europeu.

---

<sup>37</sup> Para mais informações ver: “Balanço da Presidência do Conselho da União Europeia. 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal 2007, p. 100. Internet: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=2001](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2001), consultado em 15 de Junho de 2011.

## CAPÍTULO 4

### A UE NA SEGURANÇA E ESTABILIDADE DE CABO VERDE

*“Sem a estabilidade em terra não pode  
haver segurança no mar”.*

*(Ban Ki-Moon, 2010)*

#### 4.1 Considerações Iniciais

Nos capítulos anteriores foram evidenciadas algumas noções conceptuais daquilo que é a política externa e de cooperação da UE e de Cabo Verde. Porém, ao longo deste capítulo ter-se-á infalivelmente que delimitar os argumentos ao segundo pilar da Parceria Especial, isto é, aos assuntos recorrentes à segurança e estabilidade.

A segurança aqui mencionada reclama uma abordagem mais holística do termo, ou seja, para além dos factores essenciais para o funcionamento das instituições e do Estado de Direito Democrático, assume um carácter transfronteiriço incidindo sobre as vertentes do combate à criminalidade organizada transnacional, da gestão eficaz dos fluxos migratórios, da luta contra a migração ilegal, da segurança marítima e por fim, de todos os aspectos cuja inconsistência podem acarretar sequelas perniciosas para as actividades normais do Estado.

Esta nova abordagem de segurança, na compreensão de Carlos Alves, “é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de actividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas” (cit. Rocha, 2009, p. 21). Este conceito de segurança, segundo Teresa Rodrigues (2010, p. 30), “(...) vai para além de uma perspectiva estatocêntrica e estrita do uso da força, e compreende não só o Estado, mas também as pessoas, abrangendo questões tão diversas como as ambientais ou de saúde pública. Trata-se do primado da segurança humana, baseado nos princípios do Estado de Direito, da boa governação e dos Direitos dos Homens”. Portanto, é esta concepção de segurança que é aqui plasmada, tendo em consideração a tipologia de ameaças e riscos com a qual se lida nesta actual conjuntura internacional.

## **4.2 Os (Novos) Desafios à Segurança e Estabilidade de Cabo Verde.**

Cabo Verde na sua condição de país insular e arquipelágico é extremamente vulnerável a um conjunto de riscos e ameaças de ordem e natureza diversas. A situação do narcotráfico na África Ocidental e o fluxo de imigração irregular que se verifica através do mar com destino ou trânsito ao arquipélago são riscos susceptíveis de ameaçar a sua organização como Estado de Direito e de Democracia (BO, 17 de Janeiro, 2011).

Ademais, sendo Cabo Verde um país de vocação atlântica, com uma área marítima considerável, com cerca de 700.000 Km<sup>2</sup>, e geograficamente fora da zona de influência da NATO, reúne todas as condições para que seja aproveitado para o trânsito de estupefacientes e armas entre a América do Sul, a África Ocidental e a Europa (Telles, 2007).

Do mesmo modo, a instabilidade na Costa Ocidental Africana, uma das principais razões para a migração clandestina e o desenvolvimento de actividades terroristas na região, é um outro desafio afecto à segurança de Cabo Verde. “Desde logo, a sua proximidade geográfica daqueles países, a fragilidade do controlo das suas águas, a inexistência de controlo do seu espaço aéreo, o débil controlo das fronteiras marítimas, a extensão da costa não vigiada e de débil acesso (...)” (MAI, 2009, p. 33) são factores que podem dar vazão às actividades ligadas ao narcotráfico, ao tráfico de pessoas e imigração ilegal e também à pirataria que acarretam consequências nefastas à segurança interna dos Estados, estimulando assim a sua fragilização e o disfuncionamento das suas instituições democráticas.

Convém aqui salientar que os riscos e ameaças supramencionados são aqueles que se consideram ser os mais perceptíveis ou de maior relevância. Contudo, existem outros constrangimentos mais complexos que Cabo Verde não está imune, como é o caso das alterações climáticas e das doenças infecciosas, nomeadamente, o HIV/SIDA e o paludismo e a depressão dos recursos marinhos, um dos seus principais meios de subsistência. Estes riscos e ameaças se agravam devido às condições climáticas adversas que o país oferece, que conjugados com os seus poucos recursos são desafios enormes para a sua segurança e defesa (Governo de Cabo Verde, 2008).

À partida, pode-se excluir a hipótese de que a sua existência como Estado Soberano venha a ser posta em causa. “Cabo Verde não tem contenciosos com os Estados da Costa Ocidental Africana que lhes estão mais próximos, nem com qualquer outro país e é um membro respeitado na comunidade internacional” (Telles, 2007, p. 198).

Assim sendo, como afirma Graça, “a par das ameaças percepcionadas, encontramos situações que potenciam riscos como a vasta extensão da sua costa, um vasto território marinho para ‘governar’, aspectos que aliados a dispersão territorial constituem desafios aos estados insulares e arquipelágico. E Cabo Verde neste particular não foge a regra”<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Excerto da entrevista realizada no âmbito do trabalho (ver Apêndice B).

### **4.3 A Política da UE na Promoção da Segurança e Estabilidade de Cabo Verde. Que Vectores?**

A segurança e estabilidade encaixa no segundo pilar da Parceria Especial entre a UE e Cabo Verde, e pela sua natureza, as acções desenvolvidas neste sentido são organizadas e executadas numa base transfronteiriça e regional. Além do mais, acarreta uma vontade de aproximação de Cabo Verde às RUP e a sua simultânea integração no âmbito da CEDEAO. O quadro de orientação e implementação deste pilar envolve um conjunto de transformações nas instituições cabo-verdianas dotando-lhes de capacidades para debelar as situações ligadas ao terrorismo, ao tráfico ilegal de drogas e de armas e branqueamento de capitais, ao tráfico de seres humanos e tráfico de migrantes, à gestão eficaz dos fluxos migratórios, à luta contra os fluxos ilegais e à segurança marítima, incluindo o reforço na consolidação da Democracia, e também, a melhoria das contribuições da diáspora para o desenvolvimento de Cabo Verde (Governo de Cabo Verde, 2008).

Após a assinatura do acordo de Parceria Especial um conjunto de medidas tem sido levado a cabo nas estruturas de segurança de Cabo Verde. Passando a citá-los: Reforço institucional e coordenação onde se encontra prevista a aprovação de várias medidas legislativas, como por exemplo, a Lei das armas e a Lei da autoridade marítima; aumento considerável do número dos agentes de segurança tendo, por exemplo, em 2009 formado e integrado 238 agentes da Polícia Nacional; Medidas de securitização de circulação de pessoas com destaque às reformas e modernização das fronteiras através da instalação dos sistemas PASSE<sup>39</sup> e RAPID<sup>40</sup> nos aeroportos do país e o uso do passaporte electrónico/biométrico (PEC); Aumento do número de horas por ano de controlo do espaço marítimo, passando de 669 h em 2008 para 1000 h em 2011; Aumento do número de missões conjuntas no patrulhamento do espaço marítimo com parceiros como Portugal, França, Reino Unido e EUA; Reforço da estabilidade através da promoção da segurança interna e capacitação para a prevenção e gestão dos casos de emergências e terrorismo; Capacitação marítima e aeronáutica através da aquisição de equipamentos de controlo da poluição e salvamento e instalação do sistema de controlo autónomo de comunicação para os centros de controlo de tráfico marítimo; e ainda a prevenção do crime transnacional e

---

<sup>39</sup> Processo Automático Seguro de Saída e Entrada de Passageiros - é um sistema de controlo de fronteiras que agiliza e racionaliza os meios, permitindo a realização de controlos documentais e de identificação de forma mais rápida e segura. Este sistema desenvolvido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e operacional em Portugal, foi objecto de disponibilização a Cabo Verde, Guiné, S Tomé e Príncipe e Timor no âmbito da política de cooperação estabelecida entre os Ministérios da Administração Interna dos países envolvidos, nas áreas do controlo de fronteiras e gestão dos fluxos migratórios.

<sup>40</sup> Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Documentalmente - tem por finalidade registar, armazenar, tratar, manter actualizada, validar e disponibilizar a informação associada ao processo de concessão dos passaportes, nas suas diferentes categorias, bem como accionar o respectivo processo de personalização.



combate ao tráfico de droga e outros ilícitos através do reforço dos meios e capacitação dos serviços de informação (MNE, 2010).

Estas medidas revelam-se que na base deste pilar está a necessidade sentida pela UE e Cabo Verde de construir um ambiente de paz e estabilidade para o comércio e desenvolvimento capaz de dar respostas aos seus interesses, além das preocupações ao nível da segurança global. Ainda na base desta política, e focando sobre os interesses da UE, que naturalmente vai coincidir com os de Cabo Verde, está o entendimento de que o fenómeno da instabilidade na região da África Ocidental comporta potenciais riscos para a segurança internacional e para a segurança da Europa, em particular, uma vez que é o continente mais próximo e principal destinatário do fluxo de tráfico de droga, de seres humanos e de actividades terroristas provenientes daquela região (BO, 17 de Janeiro, 2011). Por isso, e de acordo com a deputada no Parlamento Europeu, Ana Gomes, a estratégia europeia no que se refere à segurança não pode passar ao lado sem se criar parceiros fiáveis em África, como Cabo Verde, e capacitá-los de tal modo que venham dar respostas na compreensão deste fenómeno e travá-lo enquanto é tempo<sup>41</sup>. Isto porque, frisa esta deputada, “o valor acrescentado que Cabo Verde traz à UE na área da segurança é especialmente este conhecimento detalhado que tem, e que pode ainda mais ter, sobre a sua vizinhança africana e a influência que poderá exercer sobre os quadros políticos, militares, [culturais], etc, que são determinantes para a segurança nesta zona”<sup>42</sup>. No mesmo horizonte de análise, o Capitão José Graça, sublinha que Cabo Verde só é útil à UE se, e só se, estiver inserido integralmente na CEDEAO. E que o interesse estratégico da UE, no quadro da Parceria Especial, recentra-se na CEDEAO e não em Cabo Verde<sup>43</sup>. Ainda, nas palavras de Durão Barroso, numa entrevista concedida ao Jornal Expresso, confirma que “a Parceria Especial vai contribuir para o alargamento da área de segurança e de estabilidade naquela região do atlântico”<sup>44</sup> (Expresso, 25 de Outubro, 2007). Razões mais do que suficientes para percebermos que a função de Cabo Verde como interface da UE para a África Ocidental não deixa de ser um argumento plausível.

Com o aumento da procura de matérias-primas na região do Golfo da Guiné a assistência a Cabo Verde por parte da UE e dos seus Estados-Membros em assuntos de segurança também terá outras vantagens. Efectivamente, o aumento do consumo de hidrocarbonetos por parte dos países industrializados do Norte faz com que a região do Golfo da Guiné ganhe uma importância estratégica, onde Cabo Verde não fica indiferente tendo em conta que é através da zona onde está situado que passa uma boa parte da

---

<sup>41</sup> Baseado no excerto da entrevista realizada no âmbito do trabalho (ver Apêndice B).

<sup>42</sup> Excerto de entrevista (idem).

<sup>43</sup> Baseado no excerto da entrevista (ver Apêndice C)

<sup>44</sup> Ver em: <http://aeiou.expresso.pt/uecabo-verde-pm-jose-maria-neves-agradece-a-barroso-parceria-especial-proposta-pela-ce=f149828>, consultado em 30 de Maio de 2011.

circulação marítima para abastecer alguns mercados europeus (BO, 17 de Janeiro, 2011). Deste modo, o seu contributo na viabilização da região da Costa Ocidental Africana está em ligação estreita com a segurança no atlântico onde se insere, principalmente em questões de pirataria, razão pela qual, afirma Ban Ki-Moon, que “sem a estabilidade em terra não pode haver segurança no mar” (in Boletim do CRINU, Maio 2010).

Em suma, a “localização geográfica (...) permite incluir Cabo Verde na classificação, segundo o professor Adriano Moreira, de Estado funcional, em termos de segurança e vizinhança, enquanto actor internacional confiável” (cit. Alves, 2010, p. 24).

E, neste sentido, Cabo Verde tem ancorado na estratégia da UE para minimizar os problemas derivados da sua incapacidade em matérias que dizem respeito à segurança e defesa, e maximizar as suas vantagens comparativas com seus vizinhos da CEDEAO. Sendo assim, pode-se inferir que a UE desempenha um papel fundamental como elemento catalisador de segurança, para o desenvolvimento de Cabo Verde, promovendo a paz e a estabilidade numa das principais portas de entrada à Europa. No verso da moeda, Cabo Verde poderá servir à União como uma plataforma de segurança dado a sua localização geográfica privilegiada, no combate às ameaças vindas do Sul com destino à Europa.

#### **4.4 Síntese**

Finalmente, ao fechar-se este capítulo pode-se depreender o seguinte:

Para Cabo Verde os riscos e ameaças mais relevantes são: a situação do narcotráfico na África Ocidental, o fluxo irregular de migrantes e o tráfico de armas e crimes conexos.

Um dos grandes desafios para a segurança de Cabo Verde é o controlo da vasta extensão do seu território marítimo que pode servir como trânsito para o tráfico de armas e drogas, tráfico de pessoas e migração clandestina.

A UE procura, juntamente com Cabo Verde, construir um ambiente de paz e estabilidade para o comércio e desenvolvimento. Sendo Cabo Verde um parceiro fiável na CEDEAO deverá a União reforçar as suas capacidades de modo que venham dar respostas na compreensão do fenómeno da instabilidade na região da Costa Ocidental Africana e ajudar na sua mitigação.

O interesse estratégico da UE centra-se na CEDEAO e não em Cabo Verde. Este é apenas um meio para chegar a um fim. Por outras palavras, a preocupação da UE é a instabilidade da África Ocidental, que devido à sua proximidade, a Europa é o continente que mais acarreta com as sequelas que daí podem advir.

## **CAPÍTULO 5**

### **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

#### **5.1 Nota Introdutória**

Para a elaboração deste trabalho de investigação optou-se por uma abordagem qualitativa. Sendo assim, a partir das perspectivas dos vários autores intervenientes procurou-se investigar ideias e significados das acções e interacções sociais. Em virtude disto esteve sempre presente a interpretação das fontes primárias e análise crítica das fontes secundárias que são características do método qualitativo. Por isso, no que se refere à sua estruturação, foi seguido o conselho da Dra. Teresa D'Oliveira ao aplicar-se as directrizes da investigação explanatória que foi complementado com as entrevistas que seguidamente vão ser analisadas (cit. Ferreira, 2005)

#### **5.2 Entrevistas**

Como foi enunciado no parágrafo anterior realizou-se entrevistas com o intuito de complementar as ideias extraídas na realização da análise conceptual.

As respostas obtidas pelos entrevistados, para além de ajudar na compreensão de determinados assuntos, auxiliam na compreensão das hipóteses formuladas. Para tal foram submetidas a análise de conteúdos fazendo uma síntese dos assuntos mais importantes, como se pode constatar no ponto 4 deste capítulo.

#### **5.3 Caracterização das Amostras das Entrevistas**

O perfil escolhido dos entrevistados resume-se ao vínculo que eles estabelecem com questões ligadas à segurança. Foram realizadas entrevistas a entidades que desempenharam funções ou que se encontram a desempenhar funções em locais onde se debatem assuntos associados ao tema da segurança e também da parceria especial UE-Cabo Verde. Como foi o caso da Dra. Ana Gomes que é deputada no Parlamento Europeu, e o Capitão António da Graça que, para além de ser formado na área das relações internacionais, desempenha funções no Estado Maior das Forças Armadas Cabo-verdianas.

## 5.4 Análise de Conteúdo das Entrevistas

### A. Quadro de Questões

Nº	Questão
Q1	Cabo Verde é um elo decisivo numa parceria de segurança com a União Europeia para o atlântico e a África Ocidental. Concorde com esta afirmação? Porquê?
Q2	Quais são as potenciais ameaças e desafios geoestratégicos para um país insular como Cabo Verde?
Q3	Como se pode definir a cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde no domínio da Segurança e Estabilidade?
Q4	Que alterações são esperadas nas estruturas de segurança de Cabo Verde como resultado da Parceria Especial com a União Europeia?
Q5	Com a Parceria Especial, mais concretamente com o eixo de intervenção referente ao segundo pilar (Segurança e Estabilidade), que papel passou a desempenhar a União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde?
Q6	Como vê a integração regional de Cabo Verde na CEDEAO com a política de cooperação da União Europeia?
Q7	Poderá Cabo Verde interessar à União Europeia como uma plataforma de segurança entre a África, a Europa e as Américas? E de que forma poderá desempenhar esta função?
Q8	Na sua opinião, quais são as vantagens para cada um dos actores (UE e Cabo Verde) no contexto do 2º pilar da Parceria Especial (Segurança e Estabilidade)?
Q9	Cabo Verde possui limitações em termos de meios e equipamentos no combate ao narcotráfico, à migração ilegal e ao tráfico de pessoas. Na sua opinião esta parceria com a União Europeia poderá representar uma oportunidade para minimizar estas limitações?
Q10	Quais são as principais acções que têm sido desenvolvidas pela União Europeia e Cabo Verde na promoção da segurança e estabilidade na região da costa ocidental africana?

Quadro nº 1

### B. Quadro de Análise de Conteúdo

Nº da questão	Categoria	Entrevistados	Conteúdo (síntese)
Q1	Importância de Cabo Verde numa parceria de segurança com a UE.	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Boa governação;</li> <li>Importância estratégica;</li> <li>Parceiro fiável na luta contra as ameaças vindas da região da África Ocidental.</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço de interesse para a UE;</li> <li>Importância geopolítica e geoestratégica;</li> <li>Ponte para o continente africano</li> </ul>
Q2	Potenciais ameaças e desafios para Cabo Verde	Dra. Ana Gomes	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações climáticas;</li> <li>Implicações demográficas;</li> <li>Tráfico de drogas;</li> <li>Instabilidade na região da costa Ocidental Africana.</li> </ul> <p>Desafios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Condições adversas;</li> <li>Grandes comunidades no exterior.</li> </ul>

Nº da questão	Categoria	Entrevistados	Conteúdo (síntese)
Q2	Potenciais ameaças e desafios para Cabo Verde	Capitão José António da Graça	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Narcotráfico;</li> <li>Tráfico de seres humanos;</li> <li>Migração ilegal;</li> <li>Depressão dos recursos marinhos;</li> <li>Terrorismo internacional.</li> </ul> <p>Desafios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Vasta extensão da sua costa e território marinho para governar;</li> <li>Dispersão territorial;</li> <li>Dependência do exterior.</li> </ul>
Q3	Cooperação UE-Cabo Verde no domínio da Segurança	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Boa;</li> <li>Mas entre Cabo Verde e alguns países da UE.</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entre Cabo Verde e alguns países da UE.</li> </ul>
Q4	Alterações nas estruturas de segurança de Cabo Verde	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço do sistema judicial;</li> <li>Reforço dos sistemas de informação;</li> <li>Sistema de cidadania activa.</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mais pró-activas.</li> </ul>
Q5	Papel da UE na segurança e estabilidade de Cabo Verde	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso a África Ocidental.</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>Concertação permanente entre determinadas estruturas de segurança (PN, PJ e FA) e estruturas e serviços de segurança dos países da UE.</li> </ul>
Q6	Integração regional (Cabo Verde na CEDEAO)	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compatível e desejável do ponto de vista da UE;</li> <li>Maior contribuição à UE no reforço de segurança e estabilidade na região.</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cabo Verde é útil a UE se estiver inserido na CEDEAO;</li> <li>O interesse da União recentre-se na CEDEAO;</li> <li>Porta de entrada para a CEDEAO.</li> </ul>
Q7	Cabo Verde como plataforma de segurança para a UE.	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desejo da UE;</li> <li>Controlo das ameaças entre a África, a Europa e as Américas.</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>A importância geoestratégica que a UE confere a Cabo Verde é que esta pode servir de porta de entrada para a CEDEAO.</li> </ul>

Nº da questão	Categoria	Entrevistados	Conteúdo (síntese)
Q8	Vantagens para Cabo Verde e para UE.	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As ameaças coincidem-se;</li> <li>• As vantagens são de parte em parte.</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coincidência das ameaças;</li> <li>• Resultados vantajosos para ambos.</li> </ul>
Q9	Oportunidade para minimizar as limitações	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meios;</li> <li>• Formação de pessoal (militares, agentes de segurança, etc.);</li> <li>• Capacidade de comunicação;</li> <li>• Especialização dos agentes de segurança.</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Benefícios em termos de meios e equipamentos.</li> </ul>
Q10	Acções desenvolvidas	Dra. Ana Gomes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• -</li> </ul>
		Capitão José António da Graça	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apenas convenções;</li> <li>• Identificação de áreas de cooperação.</li> </ul>

Quadro nº 2

## 5.5 Apontamentos

Tendo em conta as limitações impostas e sendo a entrevista utilizada neste trabalho apenas como complemento não se pretende fazer aqui uma análise exaustiva dos conteúdos. Todavia, convém aqui destacar alguns aspectos.

De acordo com o quadro síntese de conteúdos supra podemos inferir que as ideias dos entrevistados são muito próximas e vão de acordo com a maioria das noções deduzidas da análise documental e bibliográfica.

Ambos os intervenientes frisaram que a questão de cooperação entre a UE e Cabo Verde, no que se refere à segurança, só engloba alguns países da União, como Portugal, França, Reino Unido e o Reino da Espanha.

Relativamente à última questão, notou-se que há um desconhecimento por parte dos entrevistados das acções desenvolvidas no âmbito desta cooperação. Sendo que as suas respostas não vão de acordo com o documento do MNECC onde se fez o balanço dos «scoreboards» sobre a Parceria Especial Cabo Verde - UE<sup>45</sup>, conforme referido no sexto parágrafo do capítulo anterior.

<sup>45</sup> Ver Anexo - G

## CAPÍTULO 6

# CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 6.1 Intróito

Este Trabalho de Investigação Aplicada tem como objecto estudar os desafios geoestratégicos que tornam Cabo Verde um parceiro importante para a UE, no Atlântico e na África Ocidental, assim como, analisar a complexidade de ameaças que podem afectar a Europa surgindo do Sul e através deste nódulo estudar o papel da União na promoção da segurança e estabilidade de Cabo Verde.

Sendo assim, reservou-se este capítulo para a verificação das hipóteses formuladas, as respostas às perguntas derivadas, as considerações finais, as recomendações e as limitações ao estudo.

### 6.2 Verificação das Hipóteses

No que se refere à construção de hipóteses, na abordagem qualitativa pretende-se, para além da descrição da realidade, a interpretação do sentido das dinâmicas sociais, ou seja, baseia-se na tradução da relação linear existente entre variáveis (Guerra, 2006).

Posto isto, após a investigação levada a cabo, prossegue-se a análise dessa relação através da verificação das hipóteses previamente formuladas.

Relativamente à hipótese - 1, confirmou-se que a UE ao empenhar-se nas relações de cooperação, na capacitação das instituições e na qualificação de controlo das fronteiras cabo-verdianas garante a Cabo Verde uma segurança e estabilidade que, de outro modo, seria escassamente conseguida devido à inexistência de meios sofisticados para fazer face às ameaças e riscos inerentes à região onde se insere. Deste modo, verificou-se que a União desempenha um papel fundamental como catalisador de segurança para o desenvolvimento de Cabo Verde, promovendo a paz e a estabilidade numa das principais portas de entrada à Europa.

Quanto à hipótese - 2, verificou-se que, efectivamente, o principal interesse da UE recentra-se na CEDEAO. A instabilidade nesta região traz para a União algumas consequências. Sendo assim, o combate a estes fenómenos passa por capacitar esta região dos princípios que norteiam a política da UE. Transformá-la numa região de estabilidade social, de comércio e de desenvolvimento. Sendo Cabo Verde membro da CEDEAO, com uma performance acima da média dos países daquela região poderá servir à União como interface para influenciar os restantes países da África Ocidental.

No que se refere à hipótese - 3, verificou-se que a posição geoestratégica de Cabo Verde no combate aos ilícitos vindos do sul em direcção à Europa é cada vez mais intransigente. Por um lado, a sua posição geográfica permite controlar as migrações ilegais e tráfico de drogas e armas que, na maioria dos casos, utilizam a via marítima para a sua projecção. Por outro lado, através do controlo da sua ZEE, e também do seu espaço aéreo, permite garantir segurança a toda a circulação marítima que abastecem alguns mercados europeus, quer vindo do Golfo da Guiné ou de outras regiões com destino à Europa passando ao largo de Cabo Verde.

Com isso, através das análises documentais e bibliográficas, e também das observações dos conteúdos das entrevistas, pode-se inferir que todas as hipóteses formuladas foram verificadas.

### **6.3 Respostas às Perguntas Derivadas**

Ao longo da elaboração deste trabalho foram obtidos respostas a todas as perguntas derivadas assim como à questão central. Quanto à primeira questão: *Quais são as principais acções desenvolvidas pela cooperação UE – Cabo Verde com vista à promoção da segurança e estabilidade no arquipélago?* Viu-se que um conjunto de medidas tem sido levado a cabo com o intuito de aumentar a segurança no país, nomeadamente, o reforço e a coordenação institucional; O aumento considerável de agentes de segurança; A reforma e modernização das fronteiras; O aumento do número de horas por ano de controlo do espaço marítimo; O aumento do número de missões conjuntas no patrulhamento do espaço marítimo; O reforço da estabilidade; A capacitação marítima e aeronáutica; e ainda o reforço dos meios e capacitação dos serviços de informação.

Relativamente à segunda questão: *Quais os principais desafios para Cabo Verde no contexto da sua política de segurança?* Notou-se que Cabo Verde possui alguns desafios em matéria de segurança, em que se destaca: a extensão da sua costa e território marítimo e a sua dependência ao exterior. Porém, outros desafios estão associados aos já enunciados, as suas condições climáticas adversas, os seus poucos recursos, a sua falta de meios eficazes no combate aos riscos e ameaças e a sua dispersão territorial.

No que se refere à terceira questão: *Que alterações são esperadas nas estruturas de segurança de Cabo Verde, resultantes da parceria especial?* Segundo as expectativas dos entrevistados espera-se que venham ser mais pró-activas com um sistema judicial e de informação reforçados e uma cidadania activa.

Quanto à quarta questão: *Quais são as potenciais vulnerabilidades que Cabo Verde apresenta face aos novos riscos e ameaças?* Viu-se que Cabo Verde, apesar da sua performance a nível internacional, é um país altamente vulnerável. Primeiro



economicamente, devido a sua alta dependência do exterior. Em segundo lugar, a situação do narcotráfico na África Ocidental, conjugado com os fluxos irregulares com destino ou trânsito ao arquipélago são riscos susceptíveis de ameaçar a sua segurança. Com uma área marítima considerável e de difícil controlo incorre ao risco de ser aproveitado para o trânsito de estupefacientes e armas entre a América do Sul, a África Ocidental e a Europa. A escassez de meios e recursos em situações de calamidades é um outro flanco que põe em causa a segurança cabo-verdiana.

E relativamente à última questão: *Quais os benefícios para a UE na promoção da segurança e estabilidade de Cabo Verde?* São vários, com destaque em duas perspectivas. Por um lado, viu-se que a UE pretende, com o auxílio de Cabo Verde, reforçar a estabilidade na Costa Ocidental Africana, mais concretamente na CEDEAO, com o objectivo de criar um ambiente de paz, de comércio e de desenvolvimento. Por outro lado, a UE ao prestar apoio a Cabo Verde no controlo do seu espaço marítimo e das suas fronteiras está simultaneamente a garantir a sua segurança tendo em conta que a maioria das actividades ilícitas com destino à Europa aproveita das fragilidades dos países periféricos como trampolim para a entrada na Europa. Mas, simultaneamente, ao debelar esses ilícitos a União também pode garantir a segurança na circulação das embarcações que utilizam o largo de Cabo Verde para abastecer alguns mercados europeus.

#### **6.4 Reflexões Finais**

O objectivo da UE é promover a prosperidade, a estabilidade e o bem-estar dos cidadãos dentro das suas fronteiras (UE, 2007). Para tal, a União chegou à conclusão de que a paz e a segurança dos seus vizinhos são condições fundamentais para atingir aqueles objectivos. É neste sentido que tem vindo a desenvolver a sua política externa, desde a PEV às parcerias estratégicas. Com Cabo Verde a União desenvolve uma Parceria Especial, que apesar de ter surgido no âmbito da cooperação com os ACP, possui características idênticas à PEV. Daí, pode-se afirmar que a UE ao garantir a segurança e estabilidade no arquipélago está a garantir a sua própria segurança. E Cabo Verde, tendo em consideração a sua incapacidade em matéria de segurança e defesa, tem sabido ancorar nesta estratégia da União para garantir a sua própria segurança e desenvolvimento.

Sendo assim, e respondendo à questão central deste Trabalho de Investigação Aplicada, pode-se concluir que a UE desempenha um papel fundamental como elemento catalisador de segurança, para o desenvolvimento de Cabo Verde, promovendo a paz e a estabilidade numa das principais portas de entrada à Europa.

## **6.5 Recomendações**

Durante a elaboração deste trabalho verificou-se que a maioria dos assuntos no quadro da Parceria Especial UE-Cabo Verde, subordinado ao pilar da segurança e estabilidade, são de carácter transfronteiriço e regional.

Contudo, a problemática da segurança pública em Cabo Verde tem vindo a suscitar cada vez maior preocupação às autoridades governamentais devido ao crescente aumento da delinquência e violência criminal no país.

Sendo assim, Cabo Verde deve aproveitar esta cooperação com a UE para capacitar os modelos institucionais de segurança pública sobretudo no que diz respeito à investigação. Para tal, seria de todo conveniente que as autoridades cabo-verdianas criassem um Centro de Formação e Investigação para Assuntos de Segurança, no sentido de desenvolver as medidas de prevenção e de resolução necessárias e melhorar a operacionalidade no plano nacional, mas com a devida capacidade de coordenação e cooperação no plano internacional.

## **6.6 Limitações**

A avaliação rigorosa dos resultados e do seu potencial contribuição para futuras discussões exige que sejam explicadas de forma clara e pormenorizada todos os conceitos relacionados com o tema em estudo.

Neste particular a limitação do trabalho a quarenta páginas não permitiu uma análise tão exhaustiva ou uma aplicação mais completa da vasta bibliografia, principalmente no que se refere à política externa da União Europeia.

Por isso, como em todos os estudos com limite de número de páginas definido, foi necessário impor restrições e delimitações rigorosas na tentativa que este não seja ultrapassado o que, de um certo modo, acaba por exigir um esforço redobrado na compreensão dos resultados desta investigação.

## **CONCLUSÕES**

A instabilidade na região da Costa Ocidental Africana e os governos repressivos são as principais razões do deslocamento em massa das suas populações. Actualmente, no que toca à dimensão de segurança, é atribuído uma nova abordagem ao problema dos refugiados. Por um lado, pode infringir danos potenciais ao ambiente e às infra-estruturas dos países que os acolhe, reduzindo radicalmente o seu potencial de desenvolvimento. Por outro lado, podem degenerar em intensos conflitos entre a população local e os novos migrantes, devido a diferenças culturais e/ou pela sobrecarga das infra-estruturas colectivas.

Sendo a Europa a região mais próxima da Costa Ocidental Africana é o continente que mais sofre com as consequências da instabilidade política, principalmente no que se refere aos deslocamentos humanos em massa.

Para precaver destas sequelas a UE tem apostado na viabilização dos países vizinhos através do estreitamento das suas relações com o objectivo último de garantir a segurança na Europa e na sua periferia.

À semelhança do que acontece com os seus vizinhos do Leste e do Mediterrâneo, no âmbito da PEV, uma das grandes prioridades da União é a transformação de Cabo Verde fomentando a melhoria das suas instituições e o seu crescimento económico. Por isso, a primeira conclusão que se chegou ao terminar este estudo é que a Parceria Especial entre a UE e Cabo Verde não passa da PEV em outros moldes.

A integração plena de Cabo Verde na CEDEAO é mais uma ambição da União. Desta forma o país poderá desempenhar um papel importante como porta de entrada a este vasto mercado, de mais de 230 milhões de habitantes, que detém consideráveis reservas de petróleo e outros minérios. De outro modo, na valência da segurança, a influência do seu exemplar sistema político pode contribuir para um ambiente de paz e desenvolvimento da região Oeste-africana. Para tal, a UE pretende reforçar as capacidades institucionais cabo-verdianas de modo que venham dar respostas na compreensão dos fenómenos da instabilidade na CEDEAO e ajudar na sua mitigação. Com isso, concluiu-se que o interesse da União recentra-se na CEDEAO a partir das vantagens comparativas de Cabo Verde.

Quanto à função de Cabo Verde como interface da UE para a África Ocidental, também deve ser analisada do ponto de vista da língua. A língua Oficial cabo-verdiana (o português) é também uma das línguas oficiais da União. Desde logo, facilita a passagem de mensagens para um país aberto ao diálogo como Cabo Verde. O que não acontece na maioria das vezes com outros Estados africanos por razões de Democracias não consolidadas ou pela instabilidade política que os norteiam. Um outro aspecto que acentua esta função de Cabo Verde como ponte para a CEDEAO prende-se com a grande diáspora cabo-verdiana instalada no continente europeu. Isto porque, quando se avalia o papel da

comunidade cabo-verdiana residente na Europa nota-se que exercem uma cidadania pró-activa, não só em termos económico, através de investimentos e remessas, mas também, em termos sociais e culturais. Portanto, a UE deve igualmente criar as condições para que os imigrantes cabo-verdianos exercem de uma forma plena a sua cidadania em relação a Cabo Verde de tal modo que sejam influenciados pelas aspirações da União para a África Ocidental.

Ainda, no que concerne à segurança da região do Atlântico Sul, pode se concluir que o apoio de Cabo Verde é fundamental para a segurança da UE e para a segurança internacional. Como é sabido, oitenta por cento do comércio mundial ainda é feito pela via marítima e a pirataria hoje é uma realidade na região do Golfo da Guiné. Sendo assim, compete à União garantir segurança às embarcações comerciais que passam ao largo de Cabo Verde, e muitas vezes provenientes de países da África Ocidental, com destino ao mercado europeu. E neste contexto, o arquipélago de Cabo Verde funciona como um verdadeiro «*check point*» a partir do qual se pode controlar não só as embarcações comerciais, no sentido de garantir lhes segurança, mas também as práticas ilícitas, como por exemplo, migração ilegal, tráficos de armas e de droga com destino à Europa ou com transito a Cabo Verde.

E finalmente, para terminar este Trabalho de Investigação Aplicada, deve-se reforçar que esta cooperação entre Cabo Verde e a UE, no que toca a dimensão de segurança, consiste numa mais-valia, não só para os interesses dos dois actores do sistema internacional, mas pelo elevado contributo que isso acarreta para a segurança cooperativa e/ou internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes Primárias

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, (2007). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, CE, Bruxelas.

CE, (2005/599): Decisão do Conselho, de 21 de Junho de 2005, relativa à assinatura, em nome da Comunidade Europeia, do Acordo que altera o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em Cotonou, em 23 de Junho de 2000. Internet: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32005D0599:PT:NOT>, consultado em 30 de Maio de 2011.

DECRETO – LEI nº 4/2011, Res nº 5/2011. BO (República de Cabo Verde) I Série, nº 3 (17-01-2011), p. 130-140.

GOVERNO DE CABO VERDE, (2005). As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Praia.

GOVERNO DE CABO VERDE, (2006). Programa do Governo para a VII Legislatura 2006 - 2011, Praia.

GOVERNO DE CABO VERDE, (2008). Parceria Especial UE-Cabo Verde; Quadro Orientador de Implementação.

IPAD, (2010). *Memorando da Cooperação Portuguesa 2010*, MNE/Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa.

Jornal Oficial nº L 229 de 17/08/1991 p. 0003 – 0280. Internet: [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21991A0817\(01\):PT:HTML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21991A0817(01):PT:HTML), consultado em 15 de Junho de 2011.

MAI, (2009). *Plano Estratégico de Segurança Interna*, Ministério de Administração Interna, Praia.

MAI, (s.d). *Balanço da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal 2007. Internet: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=2001](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2001), consultado em 15 de Junho de 2011.

MNECC, Org. (2009). *Resumo do Fórum para Construção de um Consenso Nacional sobre a Parceria Especial União Europeia - Cabo Verde*, Praia.

MNECC, (2010). *Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia. Balanço dos “scoreboards” (13/06/10)*, MNE, Praia.

PNUD, (2004). *As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a Transformação de Cabo Verde. Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano. Cabo Verde – 2004.*

## 2. Fontes Secundárias

ALVES, Sarafina, (2010). *A Importância Geopolítica da Posição Geográfica de Cabo Verde na Defesa e Segurança do Atlântico*, Tese orientado pelo General José M. F. Nogueira, IDN, Lisboa.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., & PASQUINO, G. (1998). *Dicionário de Política*, Universidade de Brasília, Brasília.

COHEN, K. J. (2007). *Japan`s Foreign Policy since 1945*, M.E. Charpe, Inc, New York.

COHEN, S. B. (2003). *Geopolitics of the World System*, Rowman & Littlefield Publishers, Inc, Bóston.

ESTÊVÃO, J. (2004). O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Mundial, *in Estratégia*, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Nº 20, 1º Semestre de 2004, p. 139 - 158.

FERNANDES, S. D. (2006). *A Europa (In) Segura. União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica: A Institucionalização de Uma Relação Estratégica*, Princípia Editora, Estoril.

FERREIRA, Maria J. M. (2005). *A Política Externa Europeia. Uma Reflexão Sobre a União Europeia como Actor Internacional*, Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, Lisboa.

GRAÇA, J. A. (2008). *A Evolução do Pensamento estratégico Cabo-Verdiano - 1975 a 2007*, Tese de Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais, Orientado pelo TEN COR Mendes Dias, ISCTE e AM, Lisboa.

GUERRA, Isabel C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*, Princípia (1ª edição), Estoril.

ICEP, (1998). *Acordos UE/Cabo Verde e Principais Instrumentos Comunitários de Apoio*, ICEP, Lisboa.

LAFER, C. (2000). A União Europeia, o Mercosul e os seus Parceiros Regionais, *in Cadernos do Forum Euro-Latino-Americano*, IEEI, Lisboa, Abril de 2000, p. 5 - 6.

LOURENÇO, P. L. (2006). "Cabo Verde ou da Necessidade de uma Nova Parceria", *in Nação e Defesa*, Nº 114, Verão de 2006, p. 7 - 14.

- MONTEIRO, Fátima. (2004). "Cabo Verde na Encruzilhada Atlântica", in *Estratégia*, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Nº 20, 1º Semestre de 2004, p. 19 - 30.
- MONTEIRO, Ramiro L. (1997). *A África na Política de Cooperação Europeia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1ª edição, Lisboa.
- MONTEIRO, Ramiro. L. (2001). *A África na Política de Cooperação Europeia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2º edição, Lisboa.
- MOREIRA, L. C., & LECH, M. M. (2004). *A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia*, Editora ULBRA, Canoas.
- NEVES, J. Maria, (2004). "As Relações Externas de Cabo Verde – O Caso da União Europeia", in *Estratégia*, Nº 20, 1º Semestre, Ano 2004, p. 13 - 18.
- PEREIRA, D. (2002). "Mecanismo de Prevenção e Resolução de Conflitos da CEDEAO", in *AFRICANA*, Nº 24, Ano 2002, p. 222 - 235.
- PINTO, M. João e PINHEIRO, Ana coord. (2007). *Fronteiras da Europa, A Europa no Mundo; Cooperação, Desenvolvimento e Migrações em Debate*, ACEP, Lisboa.
- ROCHA, Manuel F., (2009). "A Segurança Nacional e a Problemática do Sistema Policial Dualista", in *Revista PROELIUM*, VI Série, Nº 12, 2009, p. 75 - 104.
- SILVA, L. R. (2007). *Direito Internacional Público*, Del Rei Editora, Belo Horizonte.
- SILVA M.M.M e ALVES D. R. (2002). "As Convenções de Lomé no Contexto da Política de Cooperação para o desenvolvimento como Desiderato da Comunidade Europeia", in *Africana*, Nº 24, p. 181 - 222.
- SILVEIRA, Onésimo, (2005). *A Democracia em Cabo Verde*, Edições Colibri, Lisboa.
- SOBRINHO, J. D. (2005). *Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado; Sociedade de Conhecimento ou economia de conhecimento*, Casa do Psicólogo, São Paulo.
- TAVARES, Adilson, (2010). *A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- UNESCO. (2010). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*, Ali A. Mazrui e Christophe Wondji, Brasília.
- VIEIRA, A. V. G. e PEREIRA, L. C. F. (2009). "The European Union-Cape Verde Partnership: The Role of Portugal", in *Portuguese Journal of International Affairs*, IPRIS, Spring 2009, p. 42-50.

### 3. Documentos On-line

A SEMANA, (22 de Abril, 2010). Embaixador de Cabo Verde em Portugal explica política externa aos estudantes. Internet: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article52053&ak=1>, consultado em 25 de Maio de 2011.

ANTUNES, M. Lobo (2007). "A Política de Portugal para África", in *Instituto Português de Relações Internacionais, IPRIS*, Outubro 2006, p. 11-18. Internet: [www.flad.pt/documentos/1246617287Q0kSR7ps8Rk32ZI7.pdf](http://www.flad.pt/documentos/1246617287Q0kSR7ps8Rk32ZI7.pdf), consultado em 20 de abril de 2011.

KI-MOON, Ban, (2010). "Pirataria ao Largo da Somália: não haverá segurança no mar sem estabilidade em terra" in *Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas*, Maio de 2010, Nº 56. Internet: [www.unric.org/html/portuguese/newsletter/newsletter\\_portugal56.pdf](http://www.unric.org/html/portuguese/newsletter/newsletter_portugal56.pdf) consultado em 14 de Maio de 2011.

BRITO, J. (2010). "Cabo Verde 'Passagem' entre três mundo", in *O Correio, Revista das Relações e Cooperação entre a África-Caraíba-Pacífico*, Nº 15 N.E., Janeiro e Fevereiro, p. 41-46. Internet: [www.acp-eucourier.info/.../2010/15/OCorreio-2010-15.pdf](http://www.acp-eucourier.info/.../2010/15/OCorreio-2010-15.pdf), consultado em 11 de Abril de 2011.

CABOV, (17 de Maio, 2010). UE/CV: Entrevista Arnaldo Andrade. (vídeo). Internet: <http://videos.sapo.pt/Te4F6gqg8ZEYfBUuZYjo>, consultado em 05 de Maio de 2011.

CARDOSO, F. J. et al, (2007). Country Evalation Cape Verde – Portugal, 2002-2004 e 2005-2007. Internet: [www.oecd.org/dataoecd/45/27/40982951.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/45/27/40982951.pdf), consultado em 30 de Abril de 2011.

COSTA, S. Org, (2010). Cabo Verde no contexto Internacional e o Futuro das suas Relações com o Mundo: entre a África, a Europa e as Américas. Internet: [www.ciclodetertulias.com/index.php?option=com\\_k2&view..](http://www.ciclodetertulias.com/index.php?option=com_k2&view..) , consultado em 08 de Abril de 2011.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, (17 de Março, 2005). Cabo Verde na EU à Boleia Turca. Internet: [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=612733](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=612733), consultado em 11 de Abril de 2011.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, (15 de Março, 2009). "Sócrates fecha visita com 270 milhões de investimento", in *Diários de Notícias online*. Internet: [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=1174203](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1174203) , consultado em 09 de Maio de 2011.

EXPRESSO, (25 de Outubro, 2007). "UE/Cabo Verde: PM José Maria Neves agradece ao Barroso parceria especial proposta pela CE. Internet: <http://aeiou.expresso.pt/uecabo-verde-pm-jose-maria-neves-agradece-a-barroso-parceria-especial-proposta-pela-ce=f149828>, consultado em 14 de Maio de 2011.



EXPRESSO DAS ILHAS, (01 de Novembro, 2010). "União Africana e a CEDEAO são importações miméticas de soluções institucionais", Suzano Costa, politólogo / Sociedade / Detalhe de Notícia. Internet: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/detail/id/20987>, consultado em 20 de Abril de 2011.

GOMES, Ana (2008). O Tratado de Lisboa e o Futuro da Acção Externa da União Europeia. Internet: [www.anagomes.eu/.../b34e3549-19e6-4081-8fed-f5e052ded8ba.pdf](http://www.anagomes.eu/.../b34e3549-19e6-4081-8fed-f5e052ded8ba.pdf), consultado em 20 de Abril de 2011.

HERMENEGILDO, Reinaldo Saraiva (2006). "Valores Comuns Europeus: O verdadeiro Interesse Comum da Política Externa da UE", in *Revista Militar*, Dezembro de 2006, nº 2459, p. 1423, (1ª parte). Internet: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=171>, consultado em 15 de Junho de 2011.

JORNAL PÚBLICO (03 de Janeiro, 2011). Droga: Traficantes de cocaína apostam em nova rota de África e isso sente-se aqui. Internet: [http://www.publico.pt/Sociedade/traficantes-de-cocaina-apostam-em-nova-rota-de-africa-e-isso-sentese-aqui\\_1473342](http://www.publico.pt/Sociedade/traficantes-de-cocaina-apostam-em-nova-rota-de-africa-e-isso-sentese-aqui_1473342), consultado em 20 de Abril de 2011.

NOTÍCIAS LUSÓFONAS, (11 de Abril, 2005). Germano de Almeida «totalmente contra» entrada do arquipélago na UE. Internet: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=9675&catogory=Opini%E3o>, consultado em 20 de Abril de 2011.

UE, (2004). A Europa em Movimento; Uma Protagonista a Nível Mundial, As Relações Externas da União Europeia. Internet: [ec.europa.eu/publications/booklets/move/47/pt.pdf](http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/47/pt.pdf), consultado em 19 de Abril de 2011.

UE, (2006). Trabalhar em Conjunto; Política Europeia de Vizinhança. Internet: [http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/information/enp\\_brochure\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/information/enp_brochure_pt.pdf), consultado em 02 de Junho de 2011.

UE, (2008). Documento sobre a estratégia de Cooperação UE-Cabo Verde. Internet: [ftp.infoeuropa.euroid.pt/pt/2007/4caboverde.pdf](http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/pt/2007/4caboverde.pdf), consultado no dia 04 de Maio de 2011.

UE, (2010). Parceria para a Mudança, Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia com os Países de África, Caraíbas e Pacífico. Internet: [ec.europa.eu/europeaid/infopoint/publications/europeaid/.../191a\\_acp\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/infopoint/publications/europeaid/.../191a_acp_pt.pdf), consultado em 30 de Maio de 2011.

ROCHA, C. Y., & NEVES, A. D. (2007). *Sistema de Informação Ambiental*. Internet: [www.sia.cv/documentos/EPANCSA.pdf](http://www.sia.cv/documentos/EPANCSA.pdf), consultado em 20 de Abril de 2011.

ROCHA, J. L. (2005). Os Desafios do Desenvolvimento e da Integração por Ocasão do Dia da África. Internet:

[http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=103&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=103&Itemid=99999999), consultado em 30 de Maio de 2011.

ROCHA, J. L. (2010a). As Parcerias estratégicas no centro da Política Externa de Cabo Verde. Internet: [http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=409&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=409&Itemid=99999999), consultado em 30 de Maio de 2011.

ROCHA, J. L. (2010b). *Sobre a Política Externa de Cabo Verde*. Internet: [http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=412&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=412&Itemid=99999999), consultado em 30 de Maio de 2011.

ROCHA, J. L. (2011). Cabo Verde e a CEDEAO – Os Desafios da Integração Regional. Internet: [http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=477&Itemid=99999999](http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=477&Itemid=99999999), consultado em 30 de Março de 2011.

RODRIGUES, Teresa (2010). Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal, in IDN Caderno, nº2, Novembro 2010. Internet: [www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno\\_2.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_2.pdf), consultado em 15 de Junho de 2011.

ROSA, Manuel A. da, (2007). Cabo Verde e a CEDEAO. Internet: [http://www.didinho.org/cabo\\_verde\\_e\\_a\\_cedeao.htm](http://www.didinho.org/cabo_verde_e_a_cedeao.htm), consultado em 08 de Abril de 2011.

SAPO (21 de Abril de 2010). *Diplomacia cabo-verdiana: "país pequeno com política externa de país grande"*. Internet: <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1059963.html>, consultado 08 de Abril de 2011.

SEABRA, Pedro, (2010a). Cimeira CEDEAO: O reequilíbrio da política externa cabo-verdiana. Internet: <http://ipris.blogs.sapo.pt/3282.html>, consultado em 11 de Abril de 2011

SEABRA, Pedro, (2010b). Cape Verde in 2010: a prolific year, in IPRIS Lusophone Countries Bulletin, Maio 2010. Internet: <http://www.ipris.org/?menu=6&page=63>, consultado em 30 de Maio de 2011.

TELLES, F. Ribeiro, (2007). A Estratégia de Segurança na África Austral, in *Fundação Luso-Americana, IPRI*, Julho de 2007, p. 197 - 206. Internet: [www.flad.pt/documentos/1246617287Q0kSR7ps8Rk32ZI7.pdf](http://www.flad.pt/documentos/1246617287Q0kSR7ps8Rk32ZI7.pdf), consultado em 13 de Maio de 2011.

#### **4. Endereços Electrónicos Consultados**

<http://www.ipad.mne.gov.pt/>

Este “site” pertence ao IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento). Nele podemos encontrar notícias, documentos e afins ligados à cooperação com os países de língua portuguesa e também à UE e aos ACP.

O IPAD, tem por finalidade melhorar a intervenção portuguesa e assegurar-lhe maior relevo na política de cooperação cumprindo, deste modo, os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português. Acumula as funções de coordenação das ajudas públicas, supervisão e direcção da política de cooperação visando a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos países de língua oficial portuguesa, bem como a melhoria das condições de vida das suas populações.

[www.delcpv.ec.europa.eu/](http://www.delcpv.ec.europa.eu/)

O “site” da Delegação da União Europeia (DUE) na República de Cabo Verde contém um conjunto de informações que nos ajuda a ter uma percepção das actividades quotidianas da Delegação, indica-nos os “links” para obter informações gerais e dá-nos a conhecer os últimos desenvolvimentos entre a União Europeia e seus parceiros.

[www.eurocid.pt/](http://www.eurocid.pt/)

O portal de informação europeia em língua portuguesa informa, forma, anima, sensibiliza, difunde, edita, promove e mostra a União Europeia para todo o Portugal e abraça, ainda, as comunidades portuguesas e os povos lusófonos de todos os continentes. Esta página para além de fornecer as notícias sobre a UE em língua portuguesa, também proporciona acesso a documentos, estatísticas, pesquisas de opinião e outros “links” com relação à UE e à sua política externa.

<http://www.mnecc.gov.cv/>

A Missão do MNECC (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades) é promover uma política externa dinâmica em defesa dos interesses legítimos da nação cabo-verdiana, da África e do Mundo. Sendo assim, neste “site” podemos encontrar, para além de documentos de cooperação com diferentes actores, artigos e pesquisas de opiniões abordando vários assuntos no âmbito da política externa cabo-verdiana.

# **APÊNDICES**

## **APÊNDICE – A**

### **Guião de Entrevista**

Nome: \_\_\_\_\_ Função/Cargo \_\_\_\_\_

Hab. Literárias: \_\_\_\_\_ País \_\_\_\_\_

### **Entrevista**

1. Cabo Verde é um elo decisivo numa parceria de segurança com a União Europeia para o atlântico e a África Ocidental. Concorda com esta afirmação? Porquê?
2. Quais são as potenciais ameaças e desafios geoestratégicos para um país insular como Cabo Verde?
3. Como se pode definir a cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde no domínio da Segurança e Estabilidade?
4. Que alterações são esperadas nas estruturas de segurança de Cabo Verde como resultado da Parceria Especial com a União Europeia?
5. Com a Parceria Especial, mais concretamente com o eixo de intervenção referente ao segundo pilar (Segurança e Estabilidade), que papel passou a desempenhar a União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde?
6. Como vê a integração regional de Cabo Verde na CEDEAO com a política de cooperação da União Europeia?
7. Poderá Cabo Verde interessar à União Europeia como uma plataforma de segurança entre a África, a Europa e as Américas? E de que forma poderá desempenhar esta função?
8. Na sua opinião, quais são as vantagens para cada um dos actores (UE e Cabo Verde) no contexto do 2º pilar da Parceria Especial (Segurança e Estabilidade)?
9. Cabo Verde possui limitações em termos de meios e equipamentos no combate ao narcotráfico, à migração ilegal e ao tráfico de pessoas. Na sua opinião esta parceria com a União Europeia poderá representar uma oportunidade para minimizar estas limitações?
10. Quais são as principais acções que têm sido desenvolvidas pela União Europeia e Cabo Verde na promoção da segurança e estabilidade na região da costa ocidental africana?

## APÊNDICE – B

### Entrevista - 1

<b>Nome:</b>	Dra. Ana Gomes	<b>Função/Cargo:</b>	Deputada no Parlamento Europeu
<b>Hab. Literárias:</b>	Licenciada em Direito (FDL)	<b>País:</b>	Portugal

### Entrevista

1. Cabo Verde é um elo decisivo numa parceria de segurança com a União Europeia para o atlântico e a África Ocidental. Concorda com esta afirmação? Porquê?

*R: Concordo. Acho que atendendo ao tipo de ameaça que estamos confrontados a nível global, e na UE em particular, e até numa perspectiva transatlântica, EU e os nossos parceiros do outro lado do atlântico, Cabo Verde tem uma situação estratégica incomparável, tem um nível de governação admirável, que o torna, portanto um parceiro viável, e fácil aos tipos de ameaças com que estamos confrontados hoje com problemas muito concretos nesta zona transatlântica, designadamente na África Ocidental com o fenómeno do terrorismo, da criminalidade organizada, do tráfico de droga, do tráfico de arma, do tráfico de seres humanos, é evidente que o papel de Cabo Verde é insubstituível. Mais, sendo Cabo Verde um país africano participando dos concertos africanos, no quadro da UA, no quadro da CEDEAO, é evidente que Cabo Verde é uma voz de racionalidade na luta contra essas ameaças, como digo, mais uma vez Cabo Verde é um parceiro que a UE pode confiar, e para isso é preciso que ajude a Cabo Verde ganhar algumas capacidades*

2. Quais são as potenciais ameaças e desafios geoestratégicos para um país insular como Cabo Verde?

*R: Bom, eu não sou cabo-verdiana e nunca reflecti-me muito nisso, mas à partida, face ao que sei e tentando extrapolar o que são ameaças para Portugal e para a Europa, eu diria que Cabo Verde tem desde logo um interesse em reforçar o controlo da sua ZEE, portanto precisa de capacidades marítimas, aéreas e não só, para a defesa dos seus próprios interesses e os seus próprios recursos, mas também para poder cumprir um papel de segurança que não diz respeito à Cabo Verde mas sim a toda essa vasta área de que é parceiro. Tem certamente um problema de combate aos impactos das alterações climáticas, quer ao nível das subidas das águas, quer ao nível das outras implicações demográficas. Cabo Verde é um país que tem condições extremas em algumas das ilhas e tem sabido lidar com elas, digamos tem sabido vencer a natureza, mas hoje à outros tipos de ameaças que ainda mais extrema essas condições adversas que Cabo Verde enfrenta. Portanto, penso que este é um outro desafio que Cabo Verde tem do ponto de vista da sua segurança.*

*Cabo Verde tem também grandes comunidades de emigrantes no exterior, aqui na Europa, Portugal, França, Itália (...) Estados Unidos, e isso, portanto é uma enorme vantagem, uma grande mobilidade, é também uma fonte de remessas para os cidadãos cabo-verdianos e para a economia cabo-verdiana, mas também comporta riscos do ponto de vista de segurança, se não houver bons controlos por parte das autoridades cabo-verdianas de segurança porque, inclusivamente, também se presta a utilização de cidadãos cabo-verdianos ou outros para os diversos tráficos, designadamente, do tráfico de droga, além da relação que Cabo Verde tem com a África mais próxima. Portanto, do meu ponto de vista esses são algumas das ameaças que Cabo Verde tem de enfrentar do ponto de vista da sua segurança e da segurança da zona transatlântica que se insere.*

3. Como se pode definir a cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde no domínio da Segurança e Estabilidade?

*R: Eu penso que é boa, mas do meu ponto de vista podia ainda ser melhor. Podia ser melhor se a UE realizar aquilo que Portugal realiza e que a Espanha também começa a realizar mas que outros países da UE precisa realizar. Cabo Verde é um parceiro extraordinário pela qualificação dos seus quadros, pela capacidade de governação que está intimamente ligada a isso. Naturalmente é um país com recursos muito limitados, portanto, precisa ser mais ajudado pela UE, até para desenvolver as suas capacidades na área da segurança e defesa, que o podem tornar ainda mais útil para os europeus e os americanos numa parceria de segurança e estabilidade a nível transatlântico, e também até do ponto de vista diplomático, eu acho que Cabo Verde tem extraordinários diplomáticos. E Cabo Verde poderia ser mais activo até no plano africano se os europeus ajudassem a dar esta visibilidade e capacidade... capacidade que Cabo Verde tem do ponto de vista de qualidade humana, mas depois há a falta de recursos, claro.*

4. Que alterações são esperadas nas estruturas de segurança de Cabo Verde como resultado da Parceria Especial com a União Europeia?

*R: Bom, como lhe disse eu não sou cabo-verdiano e não conheço bem, mas admito que, por exemplo, extrapolando o que se passa em Portugal, há algumas conclusões que talvez possam ser úteis a Cabo Verde. Eu por exemplo eu não vejo nenhuma vantagem para que Portugal tenha uma multiplicidade de polícias na área de segurança, eu acho que em tempos de crise económica fazia todo sentido integrar-se a PSP com a GNR. Cada qual tem as suas capacidades diferentes, a GNR, por exemplo, tem as capacidades paramilitares que são de maior importância (...) mas isso não impedia que estivesse sobre um comando único no quadro de uma PSP ou de uma outra força de segurança. E, portanto, penso que Cabo Verde deveria aprender, na minha opinião, com o exemplo negativo de Portugal, de não criar uma multiplicidade de serviços de inteligência, de informação... Portugal tem o SIAD, tem o SIS... portanto, esta multiplicidade de polícias acaba por ou criar compartimentos estanques, o que é mau para a segurança e para a partilha de informação, ou até mesmo, por vezes, rivalidades que ainda pior é. Portanto, do meu ponto de vista, e até dada a dimensão, espero que Cabo Verde não caia nestas (...) que nós corremos em Portugal e que no fundo não nos dão mais segurança, pelo contrário,*

*nos prejudicam. Depois tendo Cabo Verde a área marítima que tem, naturalmente que deveria apetrechar-se para poder devidamente controlar a sua ZEE...e este apetrechamento é tanto de marinha como de aviação, naturalmente.*

*Como lhe diga a área da segurança e da defesa cada vez mais no mundo em que vivemos não é só assuntos militares ou de polícias, é de todos os cidadãos. Tudo que se possa fazer para reforçar o sistema judicial, os sistemas de informações, o sistema de cidadania activa acaba por ser fundamental para a segurança e defesa.*

5. Com a Parceria Especial, mais concretamente com o eixo de intervenção referente ao segundo pilar (Segurança e Estabilidade), que papel passou a desempenhar a União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde?

*R: Bom, eu não tenho muitos detalhes, mas sei que para a UE é particularmente importante por causa das relações privilegiadas que tem com a África vizinha, designadamente, o Senegal, a Guiné Bissau, sabendo que nós hoje nesta zona estão activas grupos fundamentalistas, estão também activos grupos de criminalidades ligadas às drogas... e Guiné Bissau está a tornar quase num narcó-estado, é evidente que a informação o conhecimento da zona, que Cabo Verde tem é precioso para a UE. Como é que na prática se desenvolve esta parceria não tenho informações...*

6. Como vê a integração regional de Cabo Verde na CEDEAO com a política de cooperação da União Europeia?

*R: Acho que é perfeitamente compatível e desejável, do ponto de vista da UE, porque justamente o valor acrescentado que Cabo Verde traz á UE na área de segurança é especialmente este conhecimento detalhado que tem e que pode ainda mais ter sobre a sua vizinhança africana e a influencia que pode ter sobre os quadros políticos, militares, etc, que são determinantes para a segurança nesta zona. Conhecendo-se os fenómenos da criminalidade organizada, drogas, tráfico de armas, as questões de terrorismo, as questões de piratarias que hoje também estão ligadas a essas outras duas...quanto mais Cabo Verde for mais relevante, não só no contexto da CEDEAO, mas em todos os contextos regionais africanos e a nível da própria UA, melhor é a contribuição que também pode dar a segurança da UE.*

7. Poderá Cabo Verde interessar à União Europeia como uma plataforma de segurança entre a África, a Europa e as Américas? E de que forma poderá desempenhar esta função?

*R: Eu penso que sim. É isso mesmo que a UE devia e deve querer de Cabo Verde e que leva a UE a valorizar a sua relação com Cabo Verde e dar lhe esta Parceria Especial, para além do estatuto que Cabo Verde já tem como parceiro membro do Acordo de Cotonou. Mas a PE está para além da parceria no âmbito de Cotonou...E, portanto, são todos esses aspectos que já falei, pela sua posição geográfica, pela qualificação da sua gente, pela sua fiabilidade, e pelos tipos de ameaças que sabemos estão activas na região que ameaçam não apenas a região e a própria segurança e defesa de Cabo Verde, mas sim toda à zona entre a África, a Europa e as Américas*



8. Na sua opinião, quais são as vantagens para cada um dos actores (UE e Cabo Verde) no contexto do 2º pilar da Parceria Especial (Segurança e Estabilidade)?

*R: Bom, a UE realiza bem a sua estratégia de segurança e...querendo se como um actor global não pode sozinha arcar com as responsabilidades a nível da segurança e defesa a nível global e nem sequer na sua própria zona. Precisa de ter parcerias especiais com quem está no terreno, com quem sabe melhor, com quem tem mais capacidades de entender os contextos, até culturais, com que os fenómenos ameaçadores da segurança se colocam. Não só aqueles que já referimos, o terrorismo, a criminalidade organizada, nas suas diversas formas...são os conflitos regionais inter-étnicos, quantas vezes não criam tremendos problemas não só para os países onde se localizam, mas sim para toda a região e também acabam por ter consequências para a própria UE, até pelo êxodo que determinam...questões como a incapacidade dos estados em África, temos vários Estados falhados, concretamente, por exemplo, a Somália. O problema da pirataria na Somália, nas águas do Oceano Índico tem tudo a ver com a falta de lei e ordem do Estado da Somália. E é evidente que quando vemos, por exemplo, focos como a Guiné Bissau que está a ser alvo de crimes organizados...podem se tornar reféns de organizações criminais, quer de terrorista, quer de tráfico de drogas que, obviamente, estão interessadas no falhanço do Estado para o serviço dos seus interesses. Portanto, a UE, nesta perspectiva precisa mais do que nunca de parceria estratégica com actores como Cabo Verde e a vantagem é haver, digamos, um esforço integrado, porque muitos dos aspectos essenciais para a segurança e defesa de Cabo Verde não é exactamente partilhada pela própria UE, coincidem-se...E a UE se quer realmente ter Cabo Verde como um parceiro activo tem que ajudar Cabo Verde, sabendo da falta de recursos do país, a ganhar os equipamentos de que precisa para poder cumprir este papel por cabo Verde, antes de mais, mas também como parceiro da UE. E do meu ponto de vista, as vantagens são de parte a parte...*

9. Cabo Verde possui limitações em termos de meios e equipamentos no combate ao narcotráfico, à migração ilegal e ao tráfico de pessoas. Na sua opinião esta parceria com a União Europeia poderá representar uma oportunidade para minimizar estas limitações?

*R: Exactamente, eu acho que Cabo Verde na sua articulação com a UE deve procurar identificar meios de que precisa que a UE pode ajudar, formação de pessoas, de forças militares, etc, e outras capacidade de comunicação, meios de comunicação, etc,... qualificação das pessoas, isto é essencial, dos militares, dos agentes de segurança, da especialização dos agentes de segurança para as diversas áreas...e a UE deve poder ter uma linha especial de financiamento e de ajuda a essa capacitação e a essa articulação*

10. Quais são as principais acções que têm sido desenvolvidas pela União Europeia e Cabo Verde na promoção da segurança e estabilidade na região da costa ocidental africana?

*R: Eu não tenho um conhecimento detalhado, mas estamos hoje numa fase complicada da própria EU, vê-se pela incapacidade de dar resposta à crise*

financeira, que descambou na crise económica de dimensões tremendas, com alguns países da UE a pagarem mais caro, é o caso de Portugal, e isso não pode deixar de ter reflexo, por exemplo, ao nível dos meios posto ao serviço da segurança e defesa. Mas sem dúvida que a UE tem bem consciência do tipo de criminalidade e de ameaças à sua própria segurança que podem vir da região da África, e que estão activas em África, as drogas, o tráfico de armas, o tráfico de seres humanos, ligados muitas vezes à promoção da emigração ilegal, o terrorismo, agora também com a vertente da pirataria, que já se vê também está a ocorrer no atlântico, e isso seria razões para a UE, para além das capacidades de “intelligence” em que é fundamental a articulação com quem está no terreno, portanto, com Cabo Verde e agentes de outros países, envolver-se mais em missões de segurança naquela zona. Eu, por exemplo, no Parlamento Europeu lamentei muito que a missão da política de segurança e defesa que a UE teve na Guiné Bissau tivesse sido reduzida a uns meses atrás, quando, do meu ponto de vista, o que era preciso era aumentá-la, reforçar-lhe o mandato, reforçar-lhe a dimensão e as competências... não tenhas dúvidas que isso seria bem visto pelas próprias autoridades guineenses porque tem melhor consciência até do que os estrangeiros de quais são as suas debilidades e quais são as ameaças que correm. Infelizmente, Portugal tentou mas não foi suficientemente ouvida e talvez, no meu ponto de vista, não tentou suficientemente fazer compreender que esse desguarnecer da missão, invocando pretexto políticos, que tem a ver com o processo interno da Guiné Bissau, muito complicado, acabavam por não resolver os interesses não só da Guiné, mas também da própria UE numa perspectiva da segurança na região.

Sem dúvida que o fenómeno do fundamentalismo (...) que sabemos que existem no Mali, a instabilidade da Costa de Marfim e outros casos que tem envolvido raptos e assassinos até de europeus estão a fazer com que os europeus comecem a dar mais atenção à situação, mesma coisa em relação à pirataria. Sem dúvida que neste momento as atenções estão mais concentradas no mediterrâneo, quer pela campanha que está em curso na Líbia, quer pelas expressões demográficas por causa dos refugiados da Líbia, mas também pela instabilidade noutros países do Norte de África, mas sabemos que, obviamente, essas expressões não vem só do Norte de África, vem do resto da África, da África subsariana... muito dos migrantes que hoje são refugiados por causa da guerra na Líbia, mas que estavam na Líbia com o objectivo de vir para a Europa, não eram líbios eram na sua maioria de muitos países africanos que por razões políticas de regimes repressivos, ou por razões económicas procuram aquilo que todos os seres humanos procuram, melhorar as suas condições de vida.

E, portanto, eu espero que todos esses fenómenos façam a UE perceber que cada vez mais a sua segurança e estabilidade não pode proteger-se com muros de fortaleza, têm é que proteger através da identificação destes fenómenos preventivamente, do trabalho com parceiros fiáveis de África, e Cabo Verde é um destes parceiros sem dúvidas, na sua capacitação para termos um melhor “intelligence” para compreendermos melhor o desenvolvimento deste fenómeno e para os travar enquanto é tempo.

## APÊNDICE – C

### Entrevista - 2

Nome:	CAP. José António da Graça	Função/Cargo:	Director do Centro de Informação e Relações Públicas do EMFA
Hab. Literárias:	Mestre e Doutorando em História, Defesa e Relações Internacionais/ ISCTE e Academia Militar	País:	Cabo Verde

### Entrevista

11. Cabo Verde é um elo decisivo numa parceria de segurança com a União Europeia para o atlântico e a África Ocidental. Concorda com esta afirmação? Porquê?

*R: Não diria que se trata de um elo decisivo. Penso que o termo decisivo é excessivo. É na minha opinião um espaço com interesse para a UE, em virtude da sua posição geográfica e da sua pertença a organizações africanas, o que lhe confere alguma importância geopolítica e geoestratégica. Nesta perspectiva, pode ser encarada pela UE, como uma “ponte”, uma “porta aberta” para o continente africano.*

12. Quais são as potenciais ameaças e desafios geoestratégicos para um país insular como Cabo Verde?

*R: Eles são, indubitavelmente, de vária ordem e de natureza diversa. Podemos destacar ameaças, como o narcotráfico, tráfico de seres humanos, migração ilegal (imigração clandestina), depredação dos recursos marinhos, uma vez que os países insulares são sempre países com fraca capacidade de exercer a sua autoridade no mar, espaço em que se encontra a sua ZEE. Alguns já se vêm preocupando com o terrorismo transnacional. A par das ameaças percebidas, encontramos situações que potenciam riscos como a vasta extensão da sua costa, um vasto território marinho para “governar”, aspectos que aliados a dispersão territorial constituem desafios aos estados insulares e arquipelágico. E Cabo Verde neste particular não foge a regra.*

*Os desafios que o país enfrenta são grandes e têm a ver com a fraqueza do seu potencial estratégico, a dependência em relação ao exterior, entre outros.*

*Obs. Não está referenciado na pergunta a condição de arquipélago. É que é diferente da condição de insular.*

13. Como se pode definir a cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde no domínio da Segurança e Estabilidade?

*R: Em virtude das informações que me têm chegado, penso que as perspectivas são boas. É bom ter em consideração que a Segurança e a Estabilidade constituem um*

dos pilares da Parceria Especial Cabo Verde/ UE, o segundo, o que nos leva a pensar que ambas as partes dão uma importância grande a questão da segurança cooperativa, tendo em conta as ameaças que impendem sobre cada uma delas.

Contudo, o que de concreto se tem verificado até ao presente é que a cooperação nesta matéria tem acontecido entre Cabo Verde e países pertencentes a UE, e não entre CV e a UE. Penso que esta diferenciação precisa de ser feita.

De resto esta cooperação vai dando os seus frutos. Basta ver os exercícios conjuntos e combinados que Cabo Verde vai fazendo com alguns países da UE, como, por exemplo, com Portugal, França e Reino Unido. Temos de destacar os ganhos no domínio da formação e de algum equipamento.

Penso que é uma “zona” em que Cabo Verde e a UE irão desenvolver acções de cooperação muito importantes, tendo em conta a nova conflitualidade mundial.

14. Que alterações são esperadas nas estruturas de segurança de Cabo Verde como resultado da Parceria Especial com a União Europeia?

*R: Espera-se que venham a ser mais pró-activas e mais úteis na produção da segurança no espaço em que o país se encontra geográfica e politicamente inserido.*

15. Com a Parceria Especial, mais concretamente com o eixo de intervenção referente ao segundo pilar (Segurança e Estabilidade), que papel passou a desempenhar a União Europeia na Segurança e Estabilidade de Cabo Verde?

*Os reflexos já são positivos, embora acredite que muito há ainda que ser feito. Há uma cooperação que vai desenhando, e que pode ser vista na coordenação e concertação permanente, entre determinadas estruturas de segurança do país (PJ, PN e Forças Armadas) e estruturas e serviços de segurança dos países da UE.*

*Acrescentaria que há uma vontade de parte a parte para que as conquistas importantes sejam consolidadas e conseguidas outras, neste domínio da cooperação.*

16. Como vê a integração regional de Cabo Verde na CEDEAO com a política de cooperação da União Europeia?

*R: Uma coisa tem que se ter em conta. Só Cabo Verde é útil para a UE se se estiver inserido na CEDEAO. É bom ter-se em consideração que o interesse estratégico da UE, no quadro da Parceria Especial, recentra-se na CEDEAO e não em Cabo Verde, que apenas é visto como uma “porta” para lá a Europa, com algumas vantagens, entrar. É nisto que reside a importância geoestratégica que a UE confere o país.*

17. Poderá Cabo Verde interessar à União Europeia como uma plataforma de segurança entre a África, a Europa e as Américas? E de que forma poderá desempenhar esta função?

*R: Creio que a resposta da pergunta anterior responde em parte a questão ora colocada. Mas, é preciso ter-se em tela que Cabo Verde não é o único arquipélago do Atlântico, com uma posição geográfica, com algum peso geoestratégico. Existe outras, e com a vantagem de pertencerem a países da UE e a da NATO: É bom*

*olharmos para a carta, para o mapa, essa ferramenta incontornável da geopolítica e geoestratégia.*

18. Na sua opinião, quais são as vantagens para cada um dos atores (UE e Cabo Verde) no contexto do 2º pilar da Parceria Especial (Segurança e Estabilidade)?

*R: As vantagens é que unindo esforços os resultados serão muito mais interessantes para ambos. Tendo em conta que há uma coincidência em termos de ameaças percebidas, uma cooperação neste âmbito é sempre profícua para as duas partes. De mais a mais, em virtude da natureza e carácter das novas ameaças e do actual Sistema Internacional, não há outro caminho senão o da cooperação nesta área.*

19. Cabo Verde possui limitações em termos de meios e equipamentos no combate ao narcotráfico, à migração ilegal e ao tráfico de pessoas. Na sua opinião esta parceria com a União Europeia poderá representar uma oportunidade para minimizar estas limitações?

*R: Poderá, mas deve também haver um esforço interno, um sinal do governo nesse sentido, o que de certa forma está a acontecer. Mas creio que o país virá no futuro a beneficiar de algum meio e equipamento, desde que saiba continuar a construir credibilidade operacional das suas forças e utiliza-las na produção de segurança na sua zona, claro, em cooperação com outras entidades.*

20. Quais são as principais acções que têm sido desenvolvidas pela União Europeia e Cabo Verde na promoção da segurança e estabilidade na região da costa ocidental africana?

*R: Por ora apenas conversações com vista a identificação de áreas de cooperação neste domínio.*

## APÊNDICE – D

### A REPÚBLICA DE CABO VERDE

Cabo Verde é um país insular de origem vulcânica situado a oeste da costa ocidental africana, a 455 km de Senegal. Geograficamente é constituído por dez ilhas e oito ilhéus que se encontram divididas em dois grupos: o de Barlavento, que integra as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista e os ilhéus Branco e Raso; e o de Sotavento, com as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava e os ilhéus Secos ou Rombo, Luís Carneiro e ilhéu do Rei. O seu território tem uma superfície de 4 033 km<sup>2</sup>, com uma área oceânica de aproximadamente 87 milhas de raio, 1000 km de costa e uma área marítima de responsabilidade nacional de 734 265 km<sup>2</sup>, incluindo as águas arquipelágicas, o mar territorial e a Zona Económica Exclusiva (BO, 17 Janeiro, 2011).



Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/cabo-verde/mapa-de-cabo-verde.php>

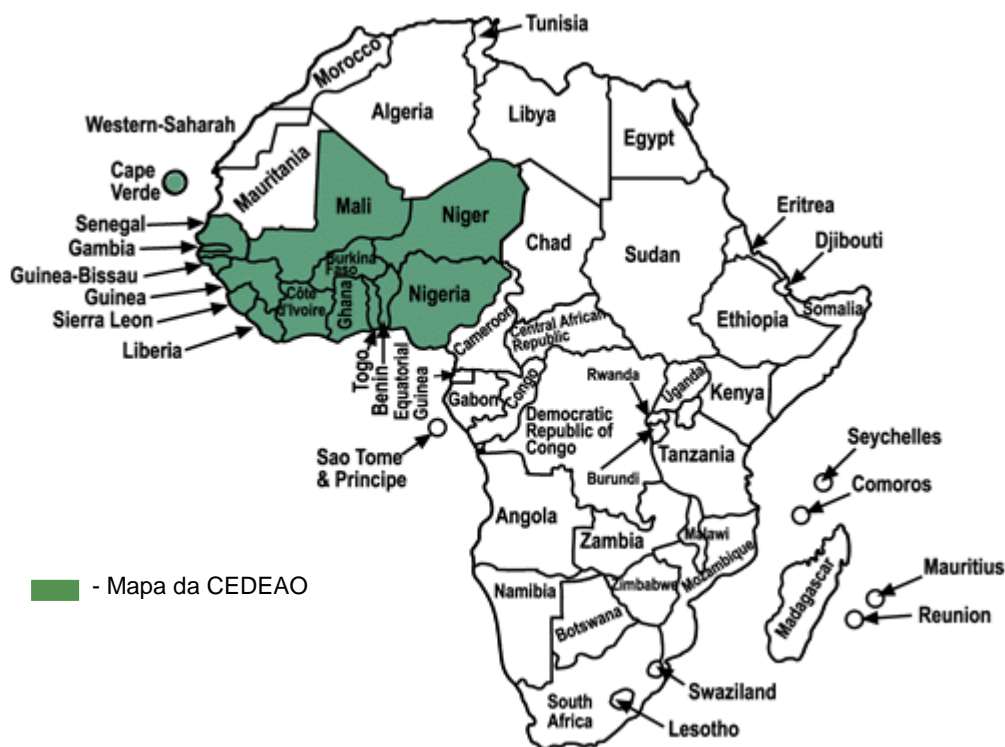
# **ANEXOS**

## ANEXO – A

### CEDEAO - Perfil dos países

Países 15	Superfície Km <sup>2</sup>	População 2010	RNB per capita PPC em USD 2008	IDH 2010 IDH - Posição
Benin	115.762	9.200.000	2,387	0,435 - 134
Burkina Faso	274.000	16.300.000	1,215	0,305 - 161
<b>Cabo Verde</b>	4.033	500.000	3.306	0,534 - 118
Cote d'Ivoire	332.462	21.600.000	1,625	0,397 - 149
Gambia	11.295	1.800.000	1,358	0,390 - 151
Ghana	238.538	24.300.000	1,385	0,467 - 130
Guine Bissau	36.125	1.600.000	0,538	0,289 - 164
Guine Conakry	245.860	13.300.000	0,953	0,340 - 156
Libéria	111.370	4.100.000	0,320	0,300 - 162
Mali	1.240.192	13.300.000	1,171	0,309 - 160
Níger	1.267.000	15.900.000	0,675	0,261 - 167
Nigéria	923.768	128.700.000	2,156	0,423 - 142
Senegal	193.000	12,900.000	1,816	0,411 - 144
Serra Leoa	71.710	5.800.000	0,809	0,317 - 158
Togo	56.785	6.800.000	0,844	0,428 - 139
	5.121.900	276.100.000		

Fonte: (ROCHA, 2011)



Fonte: <http://web.worldbank.org/>



## ANEXO – B

### Documento de Estratégia de Cooperação UE-Cabo Verde<sup>46</sup>

Estratégia de cooperação (2002-2007) – 9º FED

O Documento de Estratégia da Cooperação UE-Cabo Verde ao abrigo do Acordo de Cotonou, assinado em Abril de 2002, foi preparado pelos serviços da Comissão em coordenação com as prioridades políticas de desenvolvimento estabelecidas pelo governo Cabo-verdiano, a sociedade civil, os Estados-Membros e outros doadores e visa contribuir para a melhoria duradoura das condições de vida da população, nomeadamente em matéria de abastecimento de água potável e saneamento.

O envelope financeiro indicativo anunciado pela Comissão a Cabo Verde para o 9º FED foi de **39,1 €**, dos quais 32 M€ para acções programadas (envelope A) e 7,1 M€ para acções de carácter imprevisto (envelope B).

No Programa Indicativo Nacional – elaborado com base no Documento de Estratégia por País – foi, por sua vez, estabelecida a seguinte previsão de distribuição dos recursos pelas diferentes áreas de intervenção:

<b>ACÇÕES PROGRAMADAS (ENVELOPE A)</b>	<b>32 M€</b>
<b>Áreas de concentração da ajuda comunitária</b>	<b>25 M€</b>
○ Abastecimento de água	20 M€
○ Saneamento	5 M€
Acções fora das áreas de concentração	7 M€
○ Apoio à gestão da Ajuda Comunitária	
○ Reforço do Estado de Direito	
○ Participação da sociedade civil e autarquias locais	
○ Acções de carácter horizontal (género, ambiente)	
<b>ACÇÕES DE CARÁCTER IMPREVISTO (ENVELOPE B)</b>	<b>7,1 M.€</b>
○ Ajudas de urgência, alívio da dívida, atenuação dos efeitos causados por quebras de receitas de exportação, etc.	
<b>MONTANTE INDICATIVO TOTAL</b>	<b>39,1 M€</b>

<sup>46</sup> Disponível na Internet em: <ftp.infoeuropa.euroid.pt/pt/2007/4caboverde.pdf>, consultado 10 de Maio de 2011

### **Revisão a meio percurso e final da Estratégia de Cooperação**

A revisão a meio percurso da Estratégia de Cooperação Cabo-Verde – UE realizou-se no último semestre de 2004, tendo os resultados dessa revisão sido bastante positivos, pois o exercício destacou o bom desempenho do país nos domínios político, de gestão das finanças públicas, da saúde e da economia. Para além da confirmação da estratégia acordada, foi proposta e aprovada uma dotação suplementar, para o envelope “A” (acções programadas) de 12,500 M€, a concretizar em ajuda orçamental e apoio ao país na preparação da sua adesão à OMC.

No final de 2006, foi elaborada a revisão final que confirmou a revisão anterior, tendo sido decidido voltar a reforçar o envelope “A” em mais cerca de 4,000 M€.

### **Estratégia de cooperação (2008-2013) – 10º FED**

As relações de cooperação entre a UE e Cabo Verde serão, de futuro, enquadradas pelo Acordo de Cotonou Revisto, que foi assinado no Luxemburgo, em 25 de Junho de 2005.

A programação do 10.º FED está a ser ainda preparada, tendo sido anunciado ao país um envelope financeiro de 38,4 M€, o qual será acrescido de uma bonificação de 30% a disponibilizar através da tranche incitativa governação, dada a avaliação extremamente positiva feita pela Comissão (com a concordância dos Estados-Membros), face ao desempenho e compromissos do governo na área da governação. O envelope financeiro que o país irá dispor no 10º FED será assim da ordem dos 50 M€.

Para além disso Cabo Verde tem tido acesso à Facilidade de Investimento gerida pelo BEI, sendo concedida especial atenção a investimentos com vista à melhoria da eficácia dos serviços de infra-estruturas de utilidade pública (energia eléctrica, água, portos e aeroportos).

Fora do quadro do Acordo de Cotonou, Cabo Verde beneficia ainda dos apoios comunitários ao abrigo das diversas linhas orçamentais de apoio ao desenvolvimento, sendo de destacar a assinatura em Junho de 2004, de um “Programa de apoio à segurança alimentar”, no montante de 4,000 M€, para além dos recursos resultantes do Acordo de Pescas e da linha orçamental “bananas”.

ACM, 28/08/07

## **ANEXO – C**

### **ABORDAGEM GLOBAL DAS MIGRAÇÕES: ACÇÕES PRIORITÁRIAS CENTRADAS NA ÁFRICA E NO MEDITERRÂNEO<sup>47</sup>**

O Conselho Europeu congratula-se com a Comunicação da Comissão, de 30 de Novembro de 2005, sobre as acções prioritárias para dar resposta aos desafios da migração: primeira etapa do processo de acompanhamento de Hampton Court.

No contexto da Estratégia para a África e da Estratégia para a Dimensão Externa da Justiça e dos Assuntos Internos, bem como dos recentes acontecimentos na região do Mediterrâneo, o Conselho Europeu concorda em dar início a acções prioritárias centradas em África e nos países do Mediterrâneo.

O Conselho Europeu reconhece a necessidade urgente de se realizarem iniciativas concretas e abrangentes a curto prazo, no âmbito dos trabalhos em curso para garantir que as migrações sejam benéficas para todos os países em causa. Devem ser tomadas medidas para reduzir os fluxos de migração ilegal e a perda de vidas humanas, assegurar o regresso em segurança dos migrantes ilegais, prever soluções duradouras para os refugiados, e reforçar as capacidades para gerir melhor as migrações, nomeadamente através do aumento das vantagens, para todos os parceiros, da migração legal, e respeitando simultaneamente os direitos humanos e o direito individual de requerer asilo. As acções imediatas que a seguir se enunciam fazem parte de uma agenda mais alargada de desenvolvimento das relações da UE com a África e os países do Mediterrâneo através de uma verdadeira parceria. O Conselho Europeu felicita-se igualmente com o diálogo e a cooperação desenvolvidos neste domínio pelos Estados-Membros a título complementar.

O Conselho Europeu salienta ainda a necessidade de uma abordagem integrada e global para algumas das acções prioritárias propostas, tais como as iniciativas sobre as rotas migratórias e a segurança no mar, que se aplicam tanto no caso dos países do Mediterrâneo como no de alguns países africanos.

À luz da Comunicação da Comissão, o Conselho Europeu subscreve as acções a seguir indicadas e convida o Conselho e os Estados-Membros a colaborarem estreitamente com a Comissão a fim de implementarem as referidas acções no decurso de 2006.

#### **Aumentar a cooperação operacional entre Estados-Membros**

- Exortar a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX) a:
  - Implementar, o mais cedo possível em 2006, medidas de gestão das fronteiras na região do Mediterrâneo, nomeadamente operações conjuntas e projectos-piloto;

---

<sup>47</sup> Disponível na Internet em: [europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=...](http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=...), consultado em 10 de Maio de 2011

- Apresentar, até Maio de 2006, um relatório de análise de risco relativo a África, com base em estudos recentes;
- Lançar, o mais cedo possível em 2006, um estudo de viabilidade sobre o reforço do controlo e da vigilância da fronteira marítima sul da UE, designadamente no Mar Mediterrâneo, bem como sobre a criação de uma Rede Mediterrânica de Patrulhas Costeiras que conte com a participação dos Estados-Membros da UE e dos países do Norte de África.
- Estudar a viabilidade técnica de estabelecer, até ao final de 2006, um sistema de vigilância que cubra toda a fronteira marítima sul da UE, bem como o Mar Mediterrâneo. Esse sistema deverá utilizar tecnologias modernas com o objectivo de salvar vidas no mar e combater a imigração ilegal.
- Criar, o mais cedo possível em 2006, redes regionais de Agentes de Ligação para a Imigração (ALI) que envolvam países ou regiões prioritários e apresentar, até Maio de 2006, relatórios sobre a imigração e o tráfico ilegais, com a assistência, se for caso disso, dos ALI presentes em países-chave.
- Apresentar, até à Primavera de 2006, uma proposta para a criação de equipas de reacção rápida constituídas por peritos nacionais capazes de prestar assistência técnica e operacional rápida em alturas de grande afluxo de migrantes, em conformidade com o Programa da Haia.
- Assegurar um acompanhamento concreto do relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais e preparar o diálogo de alto nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento, que será lançado em Setembro de 2006.
- Apresentar, até Março de 2006, uma análise dos instrumentos internacionais existentes em matéria de direito do mar, incluindo os aspectos pertinentes do direito dos refugiados.

### **Diálogo e cooperação com a África**

- Trabalhar no sentido de tornar a migração uma prioridade partilhada do diálogo político entre a UE e a União Africana, nomeadamente através de reuniões periódicas de Altos Funcionários, a fim de preparar os debates da Tróica Ministerial UE-África.
- Trabalhar em parceria com os países africanos e as organizações regionais, como a CEDEAO, mediante uma série de fóruns, iniciativas e reuniões regionais, incluindo uma Conferência Ministerial UE-África, a realizar em Marrocos em 2006, e uma conferência sobre a migração e o desenvolvimento a realizar em Bruxelas em Março de 2006.
- Explorar a viabilidade de uma iniciativa em matéria de rotas das migrações, na perspectiva de estabelecer uma cooperação operacional entre países de origem, de trânsito e de destino, com vista a desenvolver uma iniciativa concreta em 2006.
- Reforçar, até à Primavera de 2006, o diálogo com os principais Estados africanos sub-sarianos, com base no artigo 13.º do Acordo de Cotonou, de modo a abranger um amplo leque de questões, desde a criação de instituições/capacidades e a integração efectiva de migrantes legais, até às questões do regresso e da implementação efectiva de obrigações de readmissão, a fim de estabelecer uma cooperação mutuamente benéfica nesta área.
- Estabelecer e implementar, tão cedo quanto possível em 2006, um Programa-Piloto de Protecção

Regional (PPPR) que envolva a Tanzânia, sob a supervisão de um Grupo director. Com base nos resultados do programa-piloto, desenvolver outros planos de programas em África.

- Efectuar um estudo destinado a melhorar a compreensão das causas profundas das migrações, de molde a fundamentar uma abordagem a longo prazo.
- Estabelecer um diálogo regular com o ACNUR o mais cedo possível em 2006, de forma a partilhar experiências e conhecimentos sobre o trabalho com os países africanos.
- Lançar iniciativas no início de 2006, destinadas a promover serviços de transferências de fundos mais baratos e mais facilmente acessíveis, e apoiar os esforços desenvolvidos actualmente pelas organizações internacionais para melhorar a qualidade dos dados relativos aos fluxos de transferências de fundos; reflectir sobre a concessão de apoio aos esforços dos Estados africanos no sentido de facilitar o contributo das diásporas para o desenvolvimento dos seus respectivos países, nomeadamente através de acções de co-desenvolvimento, e explorar as opções susceptíveis de aliviar o impacto da perda de competências nos sectores vulneráveis.
- Organizar campanhas de informação destinadas a potenciais migrantes, a fim de realçar os riscos associados à imigração ilegal e aumentar a sensibilização para as vias legais de migração disponíveis.

#### **Cooperação com os países vizinhos**

- Realizar uma reunião EuroMed a nível ministerial sobre as migrações em 2006.
- Associar os países terceiros mediterrânicos ao estudo de viabilidade de uma Rede Mediterrânica de Patrulhas Costeiras, de um sistema de vigilância mediterrânica e de projectos-piloto conexos, se for caso disso.
- Disponibilizar, sempre que apropriado, as experiências e melhores práticas de outras estruturas de cooperação regional, incluindo as que se relacionam com o Mar Báltico.
- Utilizar todos os quadros disponíveis de cooperação com os parceiros mediterrânicos, nomeadamente os a seguir mencionados, de modo a evitar e combater a migração ilegal e o tráfico de seres humanos, reforçar as capacidades para melhor gerir as migrações, e explorar o modo de melhor partilhar as informações sobre a migração legal e as oportunidades do mercado de trabalho, por exemplo através do desenvolvimento de perfis de migração e através do reforço dos fóruns sub-regionais.
- **Realizar acções prioritárias com os três países seguintes:**
  - Marrocos – implementar projectos de combate ao tráfico de seres humanos e concluir o mais rapidamente possível as negociações relativas ao acordo de readmissão CE-Marrocos;
  - Argélia – realizar uma primeira reunião no início de 2006 a fim de fazer avançar a cooperação com base nas disposições em matéria de migração do Acordo de Associação CE-Argélia e encetar, tão rapidamente quanto possível, a negociação do acordo de readmissão com base no mandato conferido à Comissão;

- Líbia – concluir os trabalhos conducentes à aprovação do Plano de Acção UE-Líbia em matéria de migrações tão cedo quanto possível em 2006, em conformidade com as conclusões do Conselho de 3 de Junho de 2005 relativas ao início de um diálogo e cooperação com a Líbia sobre questões de imigração, e implementar projectos, logo que possível após a adopção desse Plano de Acção.
- Intensificar a investigação, de molde a melhorar a compreensão e a gestão dos fluxos migratórios, com base na componente "migrações" do Programa Regional MEDA JAI I.
- Contribuir para o reforço dos laços entre os países africanos do Norte de África e os países sub-sarianos, no quadro da eventual iniciativa relativa às rotas das migrações.
- Prosseguir o diálogo e a cooperação com o ACNUR para ajudar os países terceiros a desenvolverem a sua capacidade de protecção dos refugiados.
- Realizar uma conferência sobre *O papel da segurança interna nas relações entre a UE e os seus vizinhos*, em Viena, em Maio de 2006.

### **Financiamento**

O Conselho Europeu congratula-se com o facto de estar a ser dada uma maior prioridade às questões das migrações, bem como com a intenção da Comissão de intensificar a sua ajuda financeira em áreas que dizem respeito ou estão relacionadas com a migração, no âmbito das suas relações com países terceiros, inclusivamente mediante um subsídio máximo de 3% do IEVP, e de desenvolver esforços comparáveis no âmbito de outros instrumentos financeiros apropriados. Será ponderado em especial o desenvolvimento de esforços equivalentes na África sub-sariana, tendo em vista solucionar as causas profundas das migrações.

O Conselho Europeu sublinha igualmente a importância de garantir, no âmbito do Programa AENEAS, a atribuição de uma prioridade adequada à África e ao Mediterrâneo no que se refere às acções a financiar em 2006, inclusive às acções de promoção de sinergias entre as questões da migração e o desenvolvimento. No âmbito das futuras Perspectivas Financeiras, deverão ser garantidos recursos adequados para o programa temático de cooperação com países terceiros nas áreas da migração e do asilo, com meios suficientemente flexíveis para desbloquear rapidamente os fundos, em caso de necessidade grave e urgente.

### **Implementação e acompanhamento**

O Conselho Europeu sublinha a importância da implementação rápida das medidas prioritárias identificadas e insta a Comissão a organizar reuniões de coordenação entre os Estados-Membros, a FRONTEX, o ACNUR e outras organizações pertinentes, se necessário.

O Conselho Europeu convida a Comissão a informá-lo dos progressos realizados até ao final de 2006.

## ANEXO – D

## Índice de Boa Governação Mo Ibrahim 2010

## 2010 IBRAHIM INDEX RESULTS

Rank		Score (out of 100)
1	Mauritius	83
2	Seychelles	79
3	Botswana	76
4	Cape Verde	75
5	South Africa	71
6	Namibia	67
7	Ghana	65
8	Tunisia	62
9	Egypt	60
10	Lesotho	60
11	São Tomé and Príncipe	58
12	Benin	57
13	Morocco	57
14	Senegal	56
15	Algeria	55
16	Tanzania	55
17	Zambia	55
18	Gambia	53
19	Mali	53
20	Mozambique	52
21	Burkina Faso	52
22	Malawi	52
23	Libya	51
24	Uganda	51
25	Swaziland	51
26	Kenya	51
27	Gabon	50
28	Madagascar	49
29	Comoros	49
30	Djibouti	49
31	Rwanda	47
32	Sierra Leone	46
33	Burundi	45
34	Cameroon	44
35	Ethiopia	44
36	Mauritania	43
37	Nigeria	43
38	Liberia	43
39	Togo	43
40	Niger	42
41	Congo	42
42	Angola	39
43	Guinea-Bissau	39
44	Côte d'Ivoire	37
45	Guinea	36
46	Equatorial Guinea	35
47	Sudan	33
48	Central African Republic	33
49	Zimbabwe	33
50	Eritrea	32
51	Congo, Democratic Rep.	31
52	Chad	29
53	Somalia	8

## Note

- The 2010 Ibrahim Index of African Governance is based on the latest available data for each indicator; these data are from either 2008 or 2009. Previous years' indices are calculated using the latest data that would have been available that year. Throughout this report, 2010 refers to the publication year of the Ibrahim Index. 2008/09 refers to the latest available data year.
- Changes in a country's performance over time can be made using rankings (relative movement). Comparisons of scores over time are not recommended without taking margins of error fully into account.
- A decline or improvement is described as significant through the use of standard statistical methodology at a 90% confidence level. However some analysts may also find it instructive to examine movements below the thresholds set above. Individual margins of error for each country and for each year are available on our website: <http://www.moibrahimfoundation.org/en/section/the-ibrahim-index>
- From 2005, data availability improves substantially and therefore comparison over time in the years prior to 2004/05 is not recommended.
- All figures have been rounded to the nearest whole number for clarity. This means that some countries may appear to have the same score (and therefore the same rank) when rounded but these countries actually have different scores from each other when displayed in full. In these cases countries have been ranked based on their scores in full, not on the rounded figures displayed here.
- The regional groupings are those used by the African Development Bank ([www.afdb.org](http://www.afdb.org)):  
**Southern Africa:** Angola, Botswana, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, South Africa, Swaziland, Zambia, Zimbabwe  
**North Africa:** Algeria, Egypt, Libya, Mauritania, Morocco, Tunisia  
**East Africa:** Burundi, Comoros, Djibouti, Eritrea, Ethiopia, Kenya, Rwanda, Seychelles, Somalia, Sudan, Tanzania, Uganda  
**West Africa:** Benin, Burkina Faso, Cape Verde, Côte d'Ivoire, Gambia, Ghana, Guinea, Guinea-Bissau, Liberia, Mali, Niger, Nigeria, São Tomé & Príncipe, Senegal, Sierra Leone, Togo  
**Central Africa:** Cameroon, Central African Republic, Chad, Democratic Republic of the Congo, Congo, Equatorial Guinea, Gabon

## Fonte:

Mo Ibrahim Foundation, (2010). "2010 Ibrahim Index of African Governance". Internet:  
[www.moibrahimfoundation.org/.../20101108\\_eng-table-iiag2010-revised.pdf](http://www.moibrahimfoundation.org/.../20101108_eng-table-iiag2010-revised.pdf), consultado 10 de Maio de 2011

## ANEXO – E

### LISTA DOS PAÍSES ACP

Países de África		
Angola	Etiópia	Níger
Benim	Gabão	Nigéria
Botsuana	Gâmbia	Ruanda
Burquina Faso	Gana	São Tomé e Príncipe
Burundi	Guiné	Senegal
Camarões	Guiné-Bissau	Seicheles
Cabo Verde	Quénia	Serra Leoa
República Centro-Africana	Lesoto	Somália
Chade	Libéria	África do Sul
Comores	Madagáscar	Sudão
Congo-Brazzaville	Malawi	Suazilândia
Congo-Kinshasa	Mali	Tanzânia
Costa do Marfim	Mauritânia	Togo
Djibuti	Maurícias	Uganda
Guinea Equatorial	Moçambique	Zâmbia
Eritreia	Namíbia	Zimbabué
Países dos Caraíbas		
Antigua e Barbuda	Guiana	
Baamas	Haiti	
Barbados	Jamaica	
Belize	São Cristóvão e Neves	
Cuba	Santa Lúcia	
Dominica	São Vicente e Granadinas	
República Dominicana	Suriname	
Granada	Trinidade e Tobago	
Países do Pacífico		
Ilhas Cook	Palau	
Timor-Leste	Papua-Nova Guiné	
Fiji	Samoa	
Quiribáti	Ilhas Salomão	
Ilhas Marshall	Tonga	
FS Micronésia	Tuvalu	
Nauru	Vanuatu	
Niue		

Fonte: <http://www.acp-eucourier.info/index.php?id=25&L=3><sup>48</sup>, consultado em 25 de Junho de 2011.

<sup>48</sup> Site da revista «O Correio» - Revista das Relações e Cooperação entre a África-Caraíbas-Pacífico e a UE.



## **ANEXO – F**

### **LISTA DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA**

<b>Estados-Membros da União Europeia</b>	<b>Data de Adesão</b>
Alemanha	Membro fundador
Áustria	1995
Bélgica	Membro fundador
Bulgária	2007
Chipre	2004
Dinamarca	1973
Eslováquia	2004
Eslovénia	2004
Espanha	1986
Estónia	2004
Finlândia	1995
França	Membro fundador
Grécia	1981
Hungria	2004
Irlanda	1973
Itália	Membro fundador
Letónia	2004
Lituânia	2004
Luxemburgo	Membro fundador
Malta	2004
Países Baixos	Membro fundador
Polónia	2004
Portugal	1986
Reino Unido	1973
República Checa	2004
Roménia	2007
Suécia	1995

Fonte: <http://www.acp-eucourier.info/index.php?id=25&L=3>, consultado em 25 de Junho de 2011.

## ANEXO - G

Quadro Resumo dos «scoreboards» (13/06/2010)- Parceria Especial Cabo Verde-União Europeia

Os Pilares da PE	Acção	Objectivo	Data do início	Concluído	Em curso	Parceiros
<b>Segurança e Estabilidade</b>	- Exercício Militar FELINO 2009.	- Exercícios Militares Conjuntos e Combinados, desenvolvidos no âmbito da cooperação técnico-militar com a finalidade de permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária.	Agosto 2009	X		- CPLP
	- Centro de Instrução Militar Conjunto do Morro Branco e um Radar JRC Marine destinado à Lancha "Espadarte" da Guarda Costeira.	- Especialização em formações para a participação em missões de paz em missões humanitárias".	Julho 2009	X		- Portugal
	- Agência de Investigação de Acidente da região (BAGAIA).	- Segurança na aviação civil dos países membros do acordo e trabalhar em conjunto na promoção do negócio da aeronáutica civil da região ocidental Africana".	Julho 2009		X	- Países da Africa Ocidental
	- Implementação do Plano Estratégico de Segurança Interna (PESI).	- Instrumento de gestão estruturante, essencial e necessário para a definição de políticas e reestruturação da área da segurança.	2009 a 2011		X	- A Direcção Geral da Administração Interna - A Direcção Nacional da Policia Nacional; - O Serviço Nacional de Protecção Civil

Os Pilares da PE	Acção	Objectivo	Data do início	Concluído	Em curso	Parceiros
<b>Segurança e Estabilidade</b>	- Implementação do Modelo de Gestão de Fronteiras integrado.	- Plano Estratégico de Segurança Interna para a gestão eficiente e eficaz das fronteiras.	Julho de 2009	X		- CEDEAO
	- Acordo de fiscalização Marítima.	- Reforço de combate aos tráficos ilícitos neste corredor do Atlântico.	2009		X	- EUA
	- Formação prática das equipas de controlo do Tráfico Ilícito dos Portos do País.	- Exercer um maior controlo e regulação das vias marítimas nos principais portos de Cabo Verde;	Setembro de 2009	X		Departamento da ONU Contra a Droga e o Crime.
	- Praia acolhe II formação em Tráfico destinada aos agentes de investigação dos PALOP.	- Visa o reforço de qualificação do pessoal dos sistemas judicial e prisional dos PALOP, bem como a criação e ligação via Internet de bases de dados sobre legislação e apoio à revisão dos códigos legais dos PALOP.	Março de 2009	X		- Projecto PIR – PALOP
	- Cabo Verde emite passaportes biométricos a partir de 2010.	- Permitir um maior controlo e segurança nos documentos de viagem.	Maio de 2009		X	- Comissão Europeia
	- Navio dos EUA termina patrulha nas águas cabo-verdianas.	- Desencorajar a utilização das águas territoriais do arquipélago para actividades ilícitas, nomeadamente o tráfico de estupefacientes, seres humanos ou armas.	Setembro de 2009	X		- EUA
	- SANTA CRUZ: Tratado de Fiscalização em acção (simulacro).	- Fiscalização marítima e conter a fluência de narcotraficantes nas águas territoriais de Cabo Verde.	Julho de 2009	X		- Portugal
	- Exercício Militar África Endeavor.	- Melhorar a comunicação e inter-operacionalidade dos países africanos participantes.	2009	X		- EUA

Os Pilares da PE	Acção	Objectivo	Data do início	Concluído	Em curso	Parceiros
<b>Segurança e Estabilidade</b>	- IV Reunião dos Chefes de Polícia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	- A análise da situação sobre, a Cooperação Policial em Matéria de Intercambio de Informação; - O Trafico Internacional de Estupefacientes; - O Projecto de Rede de Boas Práticas Policiais da CPLP; - O Controlo de Fronteiras e Fluxos Migratórios – contributo das novas tecnologias para o reforço das fronteiras e segurança dos documentos de viagem.	04 a 06 de Junho de 2009	X		- CPLP
	- Inauguração: Polícia Judiciária (PJ) tem novas instalações.	- Oferece melhores condições de funcionalidade e de segurança à PJ, de modo a desempenhar com mais eficácia e qualidade as suas funções.	Janeiro de 2009	X		
	- Formação para Guardas Prisionais.	- Munir os guardas prisionais de ferramentas essenciais para o exercício da sua profissão.	Fevereiro de 2009	X		- A Direcção Geral dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social

Fonte: MNECC, Cabo Verde, 2010